

Ruis
X

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO	
Documento recebido em	23. JAN 1980
Distribuído em	23. JAN 1980 através
do envelope n.º	23. JAN 80 00000
para a reunião ordinária de	_____

Jornais de 16
a 22 JAN. 80

IMPrensa NACIONAL

Numa semana que se iniciou com a aprovação, na A.R. - sem novidades e com a argumentação pró e contra que claramente vinha indiciada do antecedente - do programa do VI Governo Constitucional, outros acontecimentos concitaram a atenção da Imprensa em geral.

1. A RETENÇÃO DE MARIA DE LURDES PINTASTIGO em Lisboa, adiando o regresso ao seu posto de embaixadora junto da UNESCO, e logo a seguir o questionamento da sua própria continuidade nessas funções, continuam a motivar uma polémica acesa, em que é frequentemente discutida a competência do Presidente da República. Já no fim do período em análise, a possibilidade de o Tenente-Coronel Melo Antunes vir a ocupar um alto cargo na ONU desencadeia igualmente uma certa efervescência, em especial na Imprensa que fez campanha pela Aliança Democrática. Ambos os casos são utilizados para invocar um conflito de competências entre o Governo e o Presidente, conflito que surgiria mais acen tuadamente no campo da política externa, e ainda a própria existência do Conselho da Revolução (de que se discute a legitimidade para presidir à organização do Dia das Comunidades).

2. No rescaldo da MOVIMENTAÇÃO ELEITORAL, o afastamento de elementos do grupo dos "históricos" da direcção superior do Partido Socialista suscita interpretações cujo desencontro é por vezes curioso. Entre os recortes foto copiados seguem alguns comentários provenientes de quadrantes diversos, e que parecem acordar-se pelo menos num ponto : o reconhecimento de que a derrota dos "históricos" é reversível. Não são de ignorar, também, alguns sintomas de conflito latente surgidos nas fileiras do CDS, que reúne a sua Com. Política na qua. 23, falando o "Correio da Manhã" da possibilidade de conflito de "sensibilidades".



3. Se bem que os dirigentes dos partidos parlamentares não tenham sido pródigos em declarações sobre este assunto, vários comentadores prosseguem o debate em torno da REVISÃO CONSTITUCIONAL e do REFERENDO. Sobre este último ponto, é interessante a formulação de Marcelo Rebelo de Sousa, no "Expresso" de 19 JAN. - "Referendo - sim, mas o mínimo possível ..." - que parece corresponder a uma "desaceleração" verificada em significativos sectores do PSD.

SECRETÁRIO PERMANENTE
CONSELHO DA REVOLUÇÃO

SACR, 22 JAN.80



Referendo — sim, mas o mínimo possível...

Quanto ao referendo, o que o Governo e a maioria fizeram foi recuar taticamente, sem perder a face.

Na verdade, no passado, quando em certos sectores da AD se falava em referendo, pensava-se no referendo para rever a Constituição. E não propriamente para pôr a debate e votação popular certas questões políticas pontuais ou determinadas leis ordinárias.

No Programa do Governo, bem como nas suas intervenções a questão surgiu sempre nebulosa — nunca se especificando bem se o referendo, cuja constitucionalidade se defendia, era um referendo de revisão constitucional ou um referendo para questões políticas.

Eis senão quando, uma intervenção que passou despercebida à grande maioria dos observadores políticos, mas em que disse falar, por duas vezes, em nome do Grupo Parlamentar do CDS, o deputado Luís Beirouco (novo nas lides parlamentares) fez as seguintes afirmações taxativas:

"A história e o direito comparado ensinam-nos que há dois tipos fundamentais de referendo. O primeiro, que a doutrina denomina referendo constitucional, é um meio de aprovação de uma nova constituição ou mecanismo de revisão constitucional e não é compatível com o espírito da nossa lei fundamental que regula minuciosamente o processo de revisão. O segundo, a que por comodidade de expressão se pode chamar referendo "tout court", destina-

Expresso
19 - JANEIRO - 1980

-se a determinar com rigor a posição do eleitorado face a uma questão política fundamental, através da resposta (sim ou não) a uma questão concreta que de forma simples e clara lhe é colocada. É o tipo de referendo previsto por exemplo, na Constituição Francesa de 1958..." (e aqui citou o Artigo 111.º).

"A proposta de lei-quadro do referendo destina-se assim a consagrar na ordem jurídica portuguesa um instituto semelhante, não parecendo que seja suficiente, como pretende a oposição, invocar o art.º 3.º da Constituição da República, para sustentar a sua inconstitucionalidade."

E, para que não restassem dúvidas, quanto à forma crítica como encarava certos comportamentos "gaullistas" o orador acrescentou: "O que verdadeiramente importa é encontrar a formulação jurídica susceptível de evitar que o referendo, expressão de soberania nacional, seja na prática utilizável para a ratificação de uma política ou da acção de um estadista, como por vezes aconteceu em França".

Em resumo, ficou a saber-se que para o deputado Luís

Beirouco, que se declarou, em certos passos, expressão do grupo parlamentar do CDS, o referendo de revisão constitucional "não é compatível com o espírito da nossa lei fundamental" e o referendo de que fala o Programa do Governo é outra coisa — respeita a questões políticas fundamentais.

Se este for o pensamento dominante da AD, isso quer dizer que o Governo aposta em não criar afrontamento político com o Presidente da República em pontos tão sensíveis como o do referendo e pretende sobretudo jogar em força nas eleições de Setembro, para tentar obter a mais forte maioria que se aproxime da maioria da revisão constitucional. O referendo poderia ficar para as segundas núpcias, para o caso de não haver dois terços, nos termos da Constituição ou qualquer viabilidade próxima ou remota de negociação rentável com o PS.

Se assim for, então foi prematura a preocupação com que rapidamente saíram à estacada opositores políticos da ideia do referendo e defensores estrênuos da posição do general Ramalho Eanes, convencidos de que estava desencadeada a grande batalha da Primavera de 80.

Em política, as coisas são sempre mais complicadas do que aquilo que concebe a ingenuidade humana — e o Governo parece apostado em não escolher nem o terreno do referendo, nem a época da Primavera para um confronto de qualquer tipo com o Presidente da República, confronto esse que poderia ter efeitos de "boomerang" em termos eleitorais.

Será assim?

Começou a guerra do Governo com Belém?

«AD» quer afastar Pintasilgo mas Eanes recusa-se a assinar

O Governo da «AD» vai reclamar a exoneração da Maria de Lurdes Pintasilgo do cargo de embaixadora de Portugal junto da UNESCO. Nos termos da Constituição, cabe ao Presidente da República nomear e exonerar os embaixadores, sob proposta do Governo. A questão deverá ser formalmente apreciada no próximo plenário de Conselho de Ministros, mas já está de facto decidida. Segundo pudemos apurar, Freitas do Amaral informou anteontem a ex-Primeira-Ministra de que o Governo não consentirá no seu regresso a Paris e que preferirá manter desocupado o posto na UNESCO a consentir na retomada de funções da embaixadora.

O vice-Primeiro-Ministro e titular da pasta dos Negócios Estrangeiros dirigiu-se a Lurdes Pintasilgo com grande frieza, embora de forma deferente, e não deixou de criticar a Chefe do V Governo pela forma alegadamente parcial como terá conduzido o processo eleitoral. Esta posição não constitui propriamente uma novidade: a «AD» realçou estes pontos de vista ao longo da campanha, pelo que não surpreende a análise que o Governo faz do assunto.

No entanto, fontes próximas do Palácio de Belém asseveraram-nos, sem margem para ambiguidades, que o general Ramalho Eanes se recusa termi-

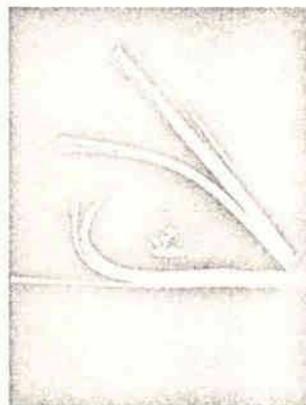
nantemente a assinar o decreto de exoneração. Mais: desse facto já terá dado conhecimento ao Governo, pelo que se encontram devidamente esclarecidas as diversas posições sobre o assunto.

Parece por isso praticamente inevitável a primeira confrontação entre o Governo e o Presidente da República. O detonador da crise é Maria de Lurdes Pintasilgo, mas a responsabilidade pertence por inteiro ao Executivo. São Carlos de Freitas do Amaral, que decidiram sacrificar o bom relacionamento dos diversos órgãos de soberania aos interesses estratégicos da «AD». Estes passam pela confrontação institucional, pela

materialização da rotura, e esta implica a criação de focos de tensão entre os diversos órgãos de soberania. O «caso Pintasilgo» não passa portanto de um pretexto. Ao afrontarem a ex-Primeira-Ministra, os partidos da maioria governamental visam o Presidente da República, tentam impedir a sua reeleição.

Prestígio internacional

De qualquer forma, o inegável prestígio que a ex-Primeira-Ministra conquistou na UNESCO, em Paris, torna ainda mais inaceitável a falta de ética do procedimento governamental. Na sede daquela organização internacional, que funciona no âmbito da ONU, comenta-se mesmo que a direita portuguesa tem a propensão histórica para combater a UNESCO. Ali se recorda a campanha orientada por Marcelo Caetano (que foi amigo e professor de Diogo Freitas do Amaral) no sentido de denegrir a imagem da UNESCO junto da opinião pública portuguesa, mandando publicar artigos na imprensa oficiosa em que se apresentava aquela agência internacional como fiel se-



guidora dos interesses comunistas no domínio da ciência e da cultura. Esta imagem da UNESCO não corresponde de forma alguma à realidade, antes revela uma mentalidade absolutamente divorciada do perfil de um democrata contemporâneo investido em funções de Governo. Por isso, o comportamento de Diogo Freitas do Amaral, que desempenha um cargo de inegável responsabilidade, é estranhável e permite que os inimigos da democracia portuguesa se interroguem sobre as reais intenções do governante, já não a respeito de Lurdes Pintasilgo, mas da própria democracia.

o jornal 18-1-80

Começa a polémica presidencial

Curiosamente, nos últimos dias, tem sido particularmente notada a forma como certos responsáveis da AD se têm referido às relações entre o primeiro-ministro, Sá Carneiro, e o Presidente da República. Uma personalidade próxima do primeiro-ministro teria mesmo este desabafo: «Eanes já disse até a Sá Carneiro que nunca tinha pensado que ele fosse como é...»

Observadores consideraram esta posição como uma prova conclusiva de que o Governo pretende colocar-se em boa posição para o momento da discussão das grandes questões em que Eanes venha a contestar o Governo. Nessa altura, o argumento da AD poderia vir a ser o de que não foi por sua responsabilidade que as relações com o PR se deterioraram.

Atendendo ao que já se sabe, designadamente sobre o «caso Pintasilgo», não causa estranheza que o Governo assim proceda. Essa preocupação «desdramatizadora» da

AD, patente aliás em órgãos de informação que lhe são próximos, é tanto mais justificável quanto é certo que existe já um ponto importante de confronto — o caso Lurdes Pintasilgo (ver notícia noutro local desta edição) e outras declarações ou atitudes que parecem visar fundamentalmente o Presidente da República (política externa, questão das comissões do Dia das Comunidades, etc.).

Em contradição com estes propósitos, surge o artigo publicado esta semana, com grande destaque, pelo «Povo Livre» no qual Ramalho Eanes é severamente criticado por Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira.

Alberto João Jardim e as candidaturas

Alberto João Jardim defende a tese de que «as forças políticas que se comprometeram a não recandidatar Ramalho Eanes» tiveram a demonstração «de que já é tempo de começar a lançar o futuro concorrente às eleições para Belém». O

presidente do Governo Regional da Madeira revela sempre ter defendido a tese de que o actual Ministério da Defesa «seria o local ideal para começar a lançar junto da opinião pública o futuro candidato à Presidência da República, já que espero o bom senso de esse candidato não ser um chefe de Estado-Maior do Exército extremamente solidário com Eanes, porque então em relação ao sistema tudo ficaria na mesma».

Neste mesmo artigo Alberto Jardim mostra-se contrário ao facto de a Defesa ter sido entregue «ao mesmo partido minoritário que detém os Negócios Estrangeiros» e parte desta asserção para apoiar os representantes do PSD/Madeira no Parlamento que se mostraram contrários à existência de um porta voz do CDS «dadas as condições em que foram votados pelo povo madeirense não se sentirem assim representados».

Alberto João Jardim, na passagem transcrita, referir-se-á provavelmente a Pedro Cardoso, chefe do

Estado-Maior do Exército, cujo nome tem sido citado nas últimas semanas como um dos mais prováveis candidatos da AD. Porém, uma fonte da coligação eleitoral afirmou-nos que «seria totalmente estúpido, pelo menos nestes primeiros três meses do ano, ter ideias assentes sobre tal problema». No entanto, e como aqui se noticiou largamente na semana passada, sabe-se das múltiplas sondagens que personalidades da AD têm feito em meios militares a tal propósito.

Por outro lado, a importância que o Ministério da Defesa tem para a escolha do candidato à Presidência não é sentida só pelo líder madeirense mas também pelos mais altos escalões da AD. Com efeito Amaro da Costa, um «public relations» exímio, terá oportunidade de manter contactos com muitos militares, conhecer o seu perfil e personalidade, e a sua palavra não deixará certamente de ter um peso muito especial no momento das grandes decisões.

MP vs VI Gov

Pintassilgo não deve voltar à UNESCO

MP vs VI Gov

Por Helena Roseta

Tomou o Governo da Aliança Democrática a decisão de demorar em Lisboa a eng. Maria de Lurdes Pintassilgo, por enquanto e ainda embaixadora de Portugal na UNESCO. Muito naturalmente, a opinião pública interroga-se sobre se o VI Governo irá, ou não, manter a ex-Primeira Ministra no desempenho daquelas funções em Paris.

Poderíamos invocar, contra tal permanência, muitos argumentos, desde a nefasta acção desenvolvida pela eng. Pintassilgo, antes de assumir a liderança do V Governo, no que respeita à defesa e promoção da língua e cultura portuguesas, até à solidariedade activa que sempre manifestou para com projectos políticos terceiro-mundistas, que nada têm a ver com o voto maioritário dos portugueses.

Preferimos, porém, reduzir-nos à lógica dum argumento simples, que gira em torno do facto de Pintassilgo ser, indiscutivelmente, uma embaixadora política. É conhecida a posição dos partidos da AD contra o uso e abuso de embaixadores políticos na nossa política externa, posição que ainda há dias foi reafirmada na Assembleia por Sá Carneiro.

Seria, pois, legítimo desde logo concluir que o Governo da AD não manterá Pintassilgo na UNESCO.

Poderão, no entanto, levantar-se algumas objecções: será que o Governo da AD vai proceder a um pretensão acto revanchista, contrário à atitude de moderação e tolerância que tem apregoado? Será que o Presidente da Re-

pública aceitará e executará uma deliberação governamental hostil à manutenção de Pintassilgo naquele cargo?

É cedo para conhecermos a resposta concreta a tais questões, já que apenas hoje terá lugar uma reunião entre Freitas do Amaral e a embaixadora em causa, onde o assunto será debatido. Mas será bom que tornemos desde já público aquilo que julgamos ser o claro desejo dos eleitores da Aliança Democrática.

Estando fora de questão o empenhamento político terceiro-mundista da embaixadora de Portugal, tornado óbvio perante todos os portugueses no decurso do mandato do V Governo, a resposta à primeira questão só pode ser uma: não deve o Governo da AD consentir na permanência, na embaixada da UNESCO, dum figura que não goza da confiança política das forças que exprimem a vontade da maioria dos eleitores. E não haverá nessa atitude, qualquer espécie de revanchismo ou de fúria anedótica nunca se viu, em democracia, um Governo maioritário reiterar a sua confiança política em personalidades claramente apoiadas pelas minorias da oposição parlamentar. Nem a opinião pública compreenderia que doutro modo se agisse.

Não parece que recordar, a pretensa boa-fé ou as convicções religiosas da eng. Pintassilgo altere, dalgum modo, este raciocínio. O abaixo-assinado, ontem divulgado, de um grupo de "católi-

cos progressistas", que invocam o Evangelho para elogiar a ex-Primeira-Ministra é, quanto a mim, perfeitamente descabido. É misturar alhos com bugalhos, o que não se estranha, dada a proveniência das assinaturas.

Mas se pouca importância e representatividade atribuímos ao referido abaixo-assinado, o mesmo não poderemos dizer da posição que o general Eanes irá tomar neste caso, já que ele pode ser o primeiro embate concreto entre a firme determinação do Governo no sentido de assumir a direcção da política externa portuguesa e o desejo do Presidente da República de manter uma prática de diplomacias paralelas, em que Melo Antunes e Pintassilgo serão figuras indispensáveis.

Dir-se-á que a Constituição atribui ao Presidente a competência de nomear — e, portanto, também a de exonerar — os embaixadores de Portugal no estrangeiro. Mas, a verdade é que tal competência se deve exercer, nos termos constitucionais, sob proposta do Governo. Cabe-lhe, pois, ao Governo propor desde já ao Presidente da República a exoneração de Pintassilgo, a que o general Eanes dará ou não seguimento, consoante entender. Mas não nos parece que Pintassilgo possa regressar a Paris contra a vontade expressa dum Governo maioritário, sob pena de se estar a inutilizar, numa instância tão importante como é a UNESCO, o voto dos portugueses.

Pintassilgo não fica em Lisboa até que o Governo resolva

um período de tempo limitado, e tendo cumprido adequadamente essas funções, regressa ao ponto de origem".

Para Lurdes Pintassilgo isso so não acontece, «a não ser que se tenha verificado uma ruptura institucional, como um golpe de Estado, o que, manifestamente, não parece ter acontecido».

Os meios governamentais têm declarado, quanto a esta questão, que se trata do Executivo deter na UNESCO um representante português da sua confiança.

sua posição actual", como representante do País junto da UNESCO, «no quadro do movimento diplomático em preparação».

Em declarações à imprensa, após a audiência com o ministro, Lurdes Pintassilgo afirmou que, «na sua opinião, o que estava em causa era o respeito pelas instituições democráticas ocidentais, pois nas democracias ocidentais é perfeitamente normal que um embaixador, chamado a exercer funções de ministro ou de primeiro-ministro, durante

Maria de Lurdes Pintassilgo continuará em Lisboa, até que o Executivo decida sobre o seu cargo de embaixador na UNESCO. Segundo um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ontem divulgado, o titular daquela pasta apresentará, em próxima reunião do Conselho de Ministros, «a sua proposta de decisão sobre o assunto».

A antiga primeiro-ministro foi recebida na manhã de ontem por Diogo Freitas do Amaral, «com quem abordou aspectos ligados à

Portugal HOJE / Quarta-feira, 16 de Janeiro de 1980

Cristãos apoiam Lurdes Pintassilgo



Lurdes Pintassilgo «esboçou uma procura das prioridades sociais e culturais, privilegiando os mais desprotegidos, os marginalizados, os homens e as mulheres sem voz, dando a primazia à satisfação de algumas necessidades colectivas mais urgentes, colocando assim no devido lugar a própria eficácia do crescimento económico», afirma-se num documento que um grupo de militantes cristãos de várias tendências políticas pôs a circular.

O documento, que tem como um dos seus objectivos desfazer «calúnias», depois de salientar que entre os signatários se encontram muitos que «não se identificaram nem se solidarizaram com o V Governo Constitucional» afirma ainda que a actuação de Lurdes Pintassilgo «foi

caracterizada por um estilo novo e criativo, bem como por numerosos e importantes valores, estilo e valores que importa realçar pela contribuição que representaram para a marcha do nosso povo».

Realçando que a prática política da ex-primeira-ministra «deixou marcas positivas na sociedade portuguesa com reflexos nas instituições políticas, na vida social, nas estruturas religiosas e na própria consciência colectiva», o texto salienta ainda o facto do poder político, durante o V Governo, ter sido «exercido como um serviço».

O documento, que continua a recolher assinaturas, é subscrito, entre outros, por Miller Guerra, Pe Luís França, Nuno Bragança e Luis Mota.

Com o apoio do V e a neutralidade do VI Governo

Melo Antunes proposto para alto cargo na ONU

O NOME do tenente-coronel Melo Antunes encontra-se entre os candidatos ao cargo de secretário-geral-adjunto das Nações Unidas para a Ciência e a Tecnologia — soube o EXPRESSO junto de fonte altamente colocada em Nova Iorque. Na indicação do nome daquele militar, que é o presidente da Comissão Constitucional, esteve profundamente empenhada a eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo, quer na sua qualidade de embaixadora de Portugal na UNESCO, em Paris, quer como Primeiro-Ministro do V Governo constitucional, em Lisboa.

O cargo para que Melo Antunes foi proposto é da nomeação pessoal do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, e envolve intensos contactos com países do Terceiro Mundo. Estas nações em vias de desenvolvimento são as mais directamente interessadas na transferência de tecnologia e de conhecimentos científicos, principais fontes de riqueza dos países industrializados.

Entretanto, no seio do



Antunes e Pintasilgo: identificação terceiro-mundista

Governo AD desenharam-se já duas correntes de opinião relativamente a esta matéria: uma — minoritária — pretendia opor-se frontalmente à eventual nomeação de Melo Antunes; outra — maioritária — advoga que seja mantida uma atitude de total neutralidade. A opinião prevalecente sustenta que, não sendo o referido cargo preenchido por eleição, não estão em

causa interesses nacionais passíveis de se situarem acima das divergências ideológicas. Pensa esta corrente de opinião que o facto de se tratar de uma escolha pessoal, não só retira considerável peso à decisão que vier a ser tomada, como também dispensa o Governo de qualquer "obrigação nacional" de apoiar uma figura de quem, em termos ideológicos, obviamente discorda.

Entretanto, o primeiro-ministro, Francisco de Sá Carneiro, comunicou já a decisão do Governo ao Presidente da República, que não se lhe opôs.

Por seu turno, observadores bem colocados em Nova Iorque salientam que as funções inerentes ao cargo de secretário-geral-adjunto para a Ciência e Tecnologia se inserem de maneira muito incisiva no importante — e, porventura, decisivo — diálogo Norte-Sul, entre os países industrializados do Ocidente e as nações em vias de desenvolvimento. Deste modo, não surpreende que o grupo ocidental das Nações Unidas queira assegurar o preenchimento do lugar por uma personalidade não só mais destacada na cena internacional, como também mais identificada com os interesses das potências industrializadas. Pensam, por isso, os referidos observadores que as probabilidades de Melo Antunes vir a ser escolhido seriam sempre muito reduzidas, com ou sem o apoio do Governo de Lisboa.

Fundação Cuidar o Futuro



No final da audiência com Freitas do Amaral

Lurdes Pintasilgo visivelmente agastada

MP vs VI Gov.

Mirante

MP vs VI Gov.

Discorde-se u não da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, apoie-se ou não a sua opção política e o empenho que colocou no exercício das suas funções, não se pode pôr em dúvida a verticalidade da cidadã, a honestidade da primeira-ministra e a competência da embaixadora.

Assim sendo, não compreendemos a atitude do vice-primeiro-ministro e titular da pasta dos Negócios Estrangeiros para com Lurdes Pintasilgo. Não tínhamos de Freitas do Amaral a imagem de um político rancoroso e mesquinho, nem lhe reconhecíamos, sem prejuízo das naturais divergências ideológicas, o estatuto de perseguidor de adversários. Por isso mesmo, qualquer democrata terá dificuldades em esconder a frustração que o comportamento do número dois do actual Governo suscita no que

Foi uma Maria de Lurdes Pintasilgo visivelmente agastada pelo tratamento de que terá sido alvo, aquela que saiu ao fim da manhã de ontem do Ministério dos Negócios Estrangeiros, após o encontro com o actual titular daquela pasta, Freitas do Amaral.

Respondendo a uma pergunta que lhe foi colocada, Lurdes Pintasilgo dizia que «o que está em causa não é saber se continuo como embaixadora de Portugal na UNESCO, mas a própria dignidade e respeito pelas instituições democráticas».

«Clarificando a sua opinião, Lurdes Pintasilgo esclareceu que «quando falo em respeito pelas instituições democráticas refiro-me à deferência com que um primeiro-ministro de um Governo cessante deve sempre ser tratado

pelo novo Governo».

Depois de acentuar que este respeito é comum e usual em todas as democracias ocidentais, a antiga primeira-ministra historiou as circunstâncias em que foi chamada a formar Governo, mostrando-se convicta de ter cumprido de forma exemplar os objectivos a que se propôs.

Lembrou, a este propósito, que o fim do V Governo era o de criar as condições necessárias para que as eleições intercalares decorressem num clima de isenção, o que «foi plenamente conseguido», considerou.

Mostrando-se claramente sentida por um procedimento menos correcto de que estaria a ser alvo, Lurdes Pintasilgo recusou-se a fazer declarações acerca da audiência que teve com Freitas do Amaral, afirmando:

«Se há alguma coisa a declarar cabe ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e não a mim, faz-lo.»

Contactado o gabinete do ministro, este recusou-se a esclarecer os órgãos de informação sobre o teor do encontro entre Lurdes Pintasilgo e Freitas do Amaral.

Limitou-se a afirmar laconicamente que, «enquanto não for exonerada do seu posto, Maria de Lurdes Pintasilgo continuará a desempenhar as suas funções na UNESCO» adiantando que qualquer informação mais detalhada seria vinculada através dos Serviços de Imprensa do MNE.

Estes, por sua vez, referiram não conhecerem quais os assuntos tratados, nem sequer se será, ou não, publicado qualquer comunicado sobre a audiência.



Credora de consideração

concerne à anterior primeira-ministra. Este é credora de consideração, até pela importância das funções que desempenhou.

Fazê-la esperar dias incertos por uma audiência e minutos intermináveis pelo início da entrevista para que fora convocada é um acto que não dignifica o seu autor.

A atitude deste Governo para



Rancoroso e mesquinho

com Maria de Lurdes Pintasilgo é, por outro lado, determinante de outros comportamentos futuros, em circunstâncias diferentes. A democracia portuguesa não pode perseguir hoje o poder democrático de ontem, sob pena de se resumir a uma caricatura de democracia. O «à volta cá te espero» é um comportamento indigno de democratas.

Fundação Cuidar o Futuro



Se Eanes não concordar com a exoneração

Lurdes Pintasilgo será "requisitada" para funções em Lisboa

Na impossibilidade de a demitir, o Governo tentou colocar a embaixadora de Portugal na UNESCO, a ex-primeiro-ministro Lurdes Pintasilgo, numa «prateleira» do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo «será requisitada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para exercer funções sem relevo em Lisboa». Tal sucederá, caso o Presidente da República — como se tem como praticamente assente — não assinar o decreto, que lhe será proposto pelo Governo, de exoneração do primeiro-ministro do anterior gabinete, das funções que ocupa há três anos como responsável pela missão de Portugal junto da UNESCO, segundo referiu a «O Jornal» uma fonte da AD.

A verificar-se esta situação, Lurdes Pintasilgo ficaria indefinidamente retida administrativamente em Lisboa, e a missão portuguesa ficaria entregue a um encarregado de negócios, que poderia ser um ministro plenipotenciário.

Confirma-se inteiramente, desta forma, a informação, pormenorizada, dada, na semana passada, por «O Jornal» que nem os «desmentidos»(?) do porta-voz do MNE e de certos órgãos de informação mais zelosos na defesa da AD puseram em causa.

Os argumentos utilizados pelo Governo — terá sido mesmo desta forma que Freitas do Amaral colocou na quarta-feira durante uma hora o problema a Lurdes Pintasilgo — são de carácter exclusivamente político: o Governo não tem confiança política na antiga primeiro-ministro e, portanto, a atitude que esta deve tomar é demitir-se.

Este princípio não é, naturalmente, aceite por Lurdes Pintasilgo que não terá sentido necessidade de reflectir mais tempo para saber a resposta que haveria de dar.

O que está em causa para Maria de Lurdes Pintasilgo e para muitos responsáveis políticos nacionais e estrangeiros com quem falámos, é «o respeito pelas instituições democráticas ocidentais, pois nas democracias ocidentais é perfeitamente normal que um embaixador, chamado a exercer funções de ministro ou primeiro-ministro, durante um período de tempo limitado, e tendo cumprido adequadamente as funções, regresso ao posto de origem». Para Lurdes Pintasilgo isso só não acontece se «se tiver registado uma ruptura institucional, como um golpe de Estado, o que, manifestamente, não parece ter acontecido».

Falhada a operação de ser a própria Lurdes Pintasilgo a apresentar o pedido de demissão (certos meios de informação mostraram, claramente, desejar que fosse isso que acontecesse) segue-se a proposta ao Presidente da República da exoneração.

Freitas do Amaral pode alterar as relações Eanes-Sá Carneiro

Certos meios políticos contactados por «O Jornal» consideram que a intransigência evidenciada por Freitas do Amaral nesta questão, se bem que apoiado pela larga maioria dos membros do Governo, poderia vir a por em causa o «excellent entendement» que tem existido nas relações entre o Presidente da República e o primeiro-ministro. Muito embora a curto prazo esta situação pudesse vir a não ter reflexos muito amplos, abriria certamente largo espaço para um claro desentendimento no futuro.

«Parece, de facto, claro que nos podemos interrogar neste momento sobre uma questão: se o Governo pretende afastar um ex-primeiro-ministro como procederá em relação a tantos outros lugares-chave da administração? — interrogava-se uma personalidade muito ligada à política externa portuguesa, contactada por «O Jornal». Esta parece ser de facto a questão de fundo.

Como reconhecia a própria Helena Roseta em artigo que assinava a este propósito em «O Dia» a exigência da demissão de Lurdes Pintasilgo é de carácter puramente interno, para agradar à clientela eleitoral da AD e não leva em conta, nem a personalidade de Lurdes Pintasilgo, nem as funções que acaba de exercer, nem a acção que desenvolveu na UNESCO largamente prestigiana para Portugal (ver a este propósito a crónica do nosso correspondente em Paris).

Provavelmente, na próxima semana, Freitas do Amaral irá propor ao Conselho de Ministros a exoneração de Lurdes Pintasilgo, admitindo-se que o assunto venha a ser discutido entre o vice-primeiro-

ministro e o Presidente da República, no final da próxima semana, na sequência da entrega de credenciais dos novos embaixadores do Peru e da Tunísia. Esta cerimónia chegou a estar prevista para hoje mas em virtude da discussão da moção de confiança do Governo na Assembleia da República foi adiada a pedido de Freitas do Amaral para a próxima semana.

Nessa ocasião, Ramalho Eanes deverá muito provavelmente dizer claramente ao ministro dos Negócios Estrangeiros que não aceita a exoneração de Lurdes Pintasilgo, em conformidade, aliás, com a informação dada a este respeito ao primeiro-ministro, na semana passada.

Aguarda-se, entretanto, com grande curiosidade em diversos meios políticos qual a posição que o Governo irá adoptar em relação aos restantes dez embaixadores políticos ainda em funções, designadamente no que respeita a Ernani Lopes e Henrique Granadeiro.

Reformadores discordam

Segundo fontes próximas dos deputados reformadores a decisão governamental no tocante a Lurdes Pintasilgo, está a provocar desagrado entre aquele grupo.

Esta atitude deve ser vista no quadro da aproximação a Ramalho Eanes, a que nos referimos noutra local.





Católicos lançam movimento de apoio a Lurdes Pintasilgo

«Terminado que foi o período em que Maria de Lurdes Pintasilgo exerceu o cargo de Primeiro-Ministro tem de se reconhecer que a sua prática política deixou marcas positivas na sociedade portuguesa, com reflexos nas instituições políticas, na vida social, nas estruturas religiosas e na própria consciência colectiva».

Este o primeiro parágrafo de um documento intitulado «A prática e o testemunho de Maria de Lurdes Pintasilgo» que, por iniciativa de um grupo de católicos e de militantes de origem cristão foi há dias posto a correr em Lisboa e em muitas outras partes do país para recolha de assinaturas.

«Com esta iniciativa pretendemos não somente criar um certo movimento de opinião pública. Pretendemos demistificar algumas coisas e corrigir outras. E sobretudo contribuir para que as coisas não fiquem ao nível da calúnia» — disse-nos esta manhã o professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Pinto Correia, que é o primeiro signatário do comento.

A recolha de assinaturas decorrerá, em princípio até dia 29 deste mês, data em que está prevista uma conferência de Imprensa para dar conta dos resultados obtidos. Como ponto-chave deste movimento de opinião está prevista a realização, no dia 5 de Fevereiro, de uma reunião para discussão e análise públicas «de uma carta de opinião política desenvolvida em determinado momento no nosso país».

COMPETÊNCIA, EFICÁCIA, CORAGEM E ALEGRIA

Eis, na íntegra, o teor do documento:

«Terminado que foi o período em que Maria de Lurdes Pintasilgo exerceu o cargo de Primeiro-Ministro, tem de se reconhecer que a sua prática política deixou marcas positivas na sociedade portuguesa com reflexos nas instituições políticas, na vida social, nas estruturas religiosas e na própria consciência colectiva.

«Os signatários sentem-se na responsabilidade de o afirmar publicamente e fazem-nos tanto mais livremente quanto é certo que muitos deles não se identificaram nem se solidarizaram com o V Governo Constitucional, do qual não ignoramos compromissos, os limites e até as contradições e os erros. Todavia, a actuação de Maria de Lurdes Pintasilgo foi caracterizada por um estilo novo e criativo bem como por numerosos e importantes valores, estilo e valores que importa realçar pela contribuição que representaram para a marcha colectiva do nosso povo. É isso o que

por possibilitar ao povo ser sujeito activo da sua própria história permite, sem populismo nem demagias, ter em conta o global e o concreto, o universal e o particular.

«Ao rosto humano dessa política não foi alheio o facto de o Primeiro-Ministro ser uma mulher. Tal facto não só projectou uma nova imagem de mulher na vida pública portuguesa destruindo arraigados preconceitos, como poderá ter profundas reflexos na mentalidade e no comportamento das mulheres e dos homens do nosso país.

«A consciência de que um país, mesmo pequeno, pode ver a sua soberania respeitada na cena internacional foi outra dominante da sua governação. Dalí a busca dos caminhos concretos da independência nacional e da justa posição de Portugal no mundo.

«Mais ainda: pela sua voz, Portugal deu um contributo positivo para o reordenamento das relações internacionais e para uma nova concepção da comunidade mundial e das suas instituições.

«Desta maneira, sem provincialismo nem nacionalismo estreito, ela soube exprimir como poucos a identidade nacional portuguesa, afirmando a sua dignidade e as suas raízes culturais.

«Em tudo isto, Maria de Lurdes Pintasilgo invocou a sua fé cristã, não como uma bandeira que se exhibe mas como uma inspiração que se proclama e uma ética que se leva à prática. Os abaixo-assinados reconhecem nela esta qualidade e vêm no seu comportamento de governante a confluência de um projecto político progressista e libertador e de uma intervenção inspirada nos valores do Evangelho. Nessa confluência se funda a paixão por uma terra fraterna e se encontram a competência e a eficácia, a coragem e a alegria.

«Alguns dos signatários, católicos como Maria de Lurdes Pintasilgo reconhecem-se quer no seu modo de testemunhar a fé cristã, quer no modo como ela incarnou o espírito das bem-aventuranças na generalidade da sua opção política.

«Ao tornar pública esta posição, apelamos a que muitos adiram à nossa iniciativa subscrevendo este mesmo texto e difundindo-o por todos os meios, de modo a que os valores enérgicos expressos es-



tejam mais e mais presentes na nossa consciência colectiva e se possam enraizar na sociedade portuguesa de hoje e de amanhã».

Os primeiros signatários do documento são: José Manuel Pinto Correia, professor universitário; Luís França, padre dominicano; João Pedro Miller Guerra professor universitário; Maria Vitória Pinheiro, telefonista dos CTT, dirigente nacional da LOC; Nuno Bragança, escritor; José Luís Martins de Matos, professor universitário; Diogo Duarte, advogado; José Augusto Pereira Neto, funcionário público; Alberto Neto, padre, pároco de Belas; Luís Moita, professor; Fernando Abreu, empregado escritório; Jardim Gonçalves, padre; Jorge Wemans, jornalista; António Rego, padre; António Cardoso Ferreira, médico; director de Saúde de Aljustrel.

SOLIDARIEDADE DE MULHERES SOCIALISTAS

Uma delegação de mulheres socialistas encontrou-se ontem, ao fim da manhã, com a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo.

O objectivo primeiro deste encontro foi o de manifestar à ex-Primeira-Ministra a sua solidariedade e o repúdio pela tentativa do actual governo de a impedir de continuar a exercer o seu cargo de embaixadora de Portugal na Unesco.

Foram ainda abordados alguns temas específicos directamente ligados à situação da mulher no nosso país.

COMENTÁRIO

O PRESIDENTE E MELO ANTUNES

A TRIBUNA — Segunda-feira, 21.1.80

Acima

de qualquer suspeita?...

Melo Antunes

Já ontem referimos a posição do CDS, expressa pelo seu secretário-geral, em relação à ida de Melo Antunes, como tinha sido proposto pelo anterior governo, para as Nações Unidas, como secretário-adjunto de Kurt Waldheim para a Ciência e Tecnologia. Eis, textualmente, o que nos disse Rui Oliveira:

«Eu penso que para bem dos portugueses, para bem das Nações Unidas, seguramente Melo Antunes não será secretário-adjunto na ONU. Nas Nações Unidas não tinham nada a lucrar e Portugal tinha muito a perder.»

A. Santos Martins

ATITUDE impolítica e que nada prestigia o general Ramalho Eanes é o menos que pode dizer-se da sua decisão de patrocinar a candidatura do tenente-coronel Melo Antunes ao cargo de secretário-geral adjunto das Nações Unidas para a Ciência e Tecnologia. Acrescentaremos que a controversa iniciativa tão pouco serve o País e, pelo contrário, pode redundar em nosso desdouro, o que é mais importante que a usura do prestígio pessoal do Presidente da República.

Motivos explicados pela lógica ou fundados no interesse nacional estão por descortinar na atitude presidencial. Não está provado, longe disso, que o tenente-coronel Melo Antunes seja exornado por atributos especiais, a torná-lo qualificado para todo o cargo, nem por dotes peculiares ao exercício das aludidas funções, de maneira a concitar para si, e indirectamente para Portugal, o respeito de uma organização onde sobejam personalidades com crédito firmado por carreira e obra realizada nos seus países de origem ou noutras instituições supranacionais. Dele sabe-se que teve e tem papel preponderante no Conselho da Revolução e que seria coautor de planos de «salvação nacional», para sua infelicidade (mas talvez para dita do País...) sem oportunidade de provarem na prática a benignidade e exequibilidade. É também, diz-se, oficial muito estudioso, intelectual votado à análise político-marxista e, no que todos estão de acordo e o seu currículo espelha, militar de carreira vulgar. Não normal, aliás, a nomeação de outros oficiais e veni para o caso o exemplo de Ramalho Eanes, que nunca se haviam distinguido antes de alcandorados, por força de circunstâncias fortuitas ou anómalas («golpes de Estado» caserneiros ou revoluções) a postos de relevo. E igualmente — quanto a isto as opiniões convergem — um dos autores de processo de descolonização por alguns considerado exemplar e através do qual este País em que vivemos atraiçou compromissos históricos e faltou a obrigações que assumira. Seria ainda, a dar fé a juízos justificados pela invisibilidade de méritos apregoados mas por comprovar, um mito. Melhor dizendo: o «génio para si mesmo» de que falou Fernando Pessoa...

Colocando assim de remissa, e por ponderosos motivos, o êxito que o general Ramalho Eanes parece augurar para o seu pupilo, se nomeado fosse para as Nações Unidas, admite-se que se revelariam nulos, ou mesmo contraproducentes, os resultados da presença do tenente-coronel Melo Antunes no aerópago que tem sede em Nova Iorque. Mas, à pureidade, reconhecemos serem exagerados os malefícios da hipotética presença do discutido e discutível oficial. As funções em causa não usufruem de projecção especial, ao invés do que veio a público e animou, crê-se, o

presidente numa decisão aprovada ou sugerida pela eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo, comungando com Melo Antunes, a ex-primeiro-ministro, num terceiro-mundismo utópico em que se pensou enlevar Portugal. Tanto assim que não resta na memória de quem quer que seja recordação das figuras que anteriormente ocuparam o cargo ou de quem é a personagem a que sucederia o presidente da Comissão Constitucional. E acresce serem reduzidas, opinam os círculos comumente designados por bem informados, as possibilidades de o sucesso bafejar a escolha presidencial, pois a ONU tem mais de que se ocupar que das preferências pessoais ou ambições individuais de governantes, ou seus companheiros, deste hoje pequeno País à beira-mar plantado.

A atitude de general Ramalho Eanes é, por isso, duplamente impolítica. No âmbito nacional, por não contar, designadamente, com o apoio do Governo, expressamente repudiando no seu programa o que se aparente a política terceiro-mundista e com o qual o Presidente cria um ponto de fricção que a ninguém beneficia; no plano externo, porque não deixará de registar-se e comentar-se desfavoravelmente haver o chefe do Estado Português terçado armas por uma causa perdida, em «luta» que lhe trará prejuízo até, pela gratuidade de que se reveste. O Presidente da República deve situar-se acima de qualquer suspeita. Não está imune, porém, a críticas que o vulgar cidadão pode fazer. E a crítica é pertinente neste caso. Torna legítima uma interrogação que, parafraseando quase a questão que titulava um *best seller* que correu mundo, apresentaremos: o que faz correr Ramalho Eanes por caminho assemelhando-se a um túnel sem saída? O que faz o Presidente, que tal como acima de qualquer suspeita, devia estar para além da menor dúvida, empenhar-se tão a fundo para obter o assentimento do tenente-coronel Melo Antunes? É que — releve-se — o membro do conselho da Revolução e presidente da Comissão Constitucional, patenteando louvável prudência (ou acertado realismo?...), fez-se rogado e só depois de muito instado aceitou o proposta presidencial em princípio, ressaltando o direito de retroceder sobre essa posição. O que faz com que o general Ramalho Eanes se submeta a prova tão conflagradora, para não dizer humilhante?

Não encontramos agora a resposta que o futuro se encarregará de dar. «O coração tem razões que a razão desconhece»? Pode ser. Pois, repetimos, sabemos que um chefe de Estado deve estar acima de qualquer suspeita — mas é curial que demonstre, pelo seu comportamento político, que não pode ser alvo de suspeição.

J. M. Pereira da Costa

Paris:

Unesco não reclama Pintasilgo

DANIEL GOMES

PARIS (TEMPO) — As informações veiculadas na passada sexta-feira por um semanário de Lisboa, segundo as quais a UNESCO reclamaria o regresso imediato da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, ex-Primeiro-Ministro, causaram estupefacção nos meios intelectuais portugueses desta capital, não só pela sua inverosimilhança, mas também pelo seu carácter tendencioso.

O «Tempo» contactou Leon Davico, director do departamento de Informação — porta-voz oficial da UNESCO — que afirmou não «ter sido feita qualquer declaração sobre a embaixadora Pintasilgo». Entretanto, o nosso jornal solicitou também uma declaração ao director do gabinete do Secretário-Geral da UNESCO, sr. Becrit, o qual também confirmou não ter o seu departamento conhecimento de qualquer declaração sobre Pintasilgo e indicou que mais ninguém estava autorizado a «falar em nome da UNESCO».

Com efeito, a UNESCO, como qualquer organização internacional

não pode escolher os membros das delegações estrangeiras. A escolha dos representantes cabe aos governos e está geralmente sujeita à aprovação do Chefe de Estado.

Recorde-se, entretanto, que a engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo foi nomeada por Vasco Gonçalves, com o aval de Ramalho Eanes.

O major Melo Antunes, com o qual Pintasilgo se identifica perfeitamente, sobretudo no concernente às teorias terceiro mundistas, também interferiu no processo da sua nomeação.

Desde que tomou a chefia da missão portuguesa junto da UNESCO, Pintasilgo deu azo aos mais diversos comentários, dada a sua controversa actuação.

Assim, em princípios de Janeiro de 1979, a engenheira Pintasilgo foi acusada pelo «O Dia» de ter advogado, junto da UNESCO, em nome do Governo português e sem o ter consultado, a concessão de um subsídio à organização de propaganda marxista «Base-Fut — Frente Unitária

dos Trabalhadores». Apesar da flagrante falta profissional, de que o «Tempo» agora dispõe de provas, não foi prestado na altura qualquer esclarecimento e o Ministério dos Negócios Estrangeiros não abriu nenhum inquérito. Como se sabe, os embaixadores não podem actuar sem conhecimento do seu ministério.

Pensa-se que, Maria de Lurdes Pintasilgo terá beneficiado de poderosas influências que levaram ao encerramento do assunto. Entretanto, por documentos em poder do «Tempo» verifica-se que a «Base-Fut» recebeu milhares de dólares para uma pretensa alfabetização nos meios rurais que se traduz, na realidade, numa actividade desestabilizadora.

Em Paris, a representante de Portugal ignorou ostensivamente os meios culturais portugueses, nomeadamente o centro cultural da Fundação Gulbenkian e apoiou pseudoprojectos culturais animados geralmente por organizações marxistas.

Por outro lado, contrariamente ao que foi noticiado, Maria de Lurdes Pintasilgo é membro de conselho executivo da UNESCO a título pessoal não sendo necessário o seu regresso a esta capital como embaixadora para poder participar nos trabalhos daquele departamento.

Aliás, dos 45 membros que compõem o conselho executivo da organização internacional apenas 15 são membros das missões acreditadas na UNESCO, sendo os restantes universitários ou escritores de nomeada internacional.

Como se sabe, os trabalhos de conselho executivo decorreram normalmente, enquanto Maria de Lurdes Pintasilgo assumiu a chefia do Governo, sem que ninguém tivesse mostrado empenho no seu regresso.

Agora, qualquer interesse do conselho por Pintasilgo poderá ser interpretado como uma manobra tendenciosa.

MLP vs VI Gov

Diário de Lisboa

Fundação Cuidar o Futuro

Segunda-feira 21 de Janeiro de 1980

Candidatura Melo Antunes nas mãos de Kurt Waldheim

A candidatura do tenente-coronel Melo Antunes ao lugar de secretário-geral adjunto das Nações Unidas para a Ciência e Tecnologia está neste momento nas mãos do secretário-geral daquela organização, Kurt Waldheim que tomará uma decisão mediante o consenso obtido.

Isto não significa que Melo Antunes não possa, em qualquer momento, retirar essa candidatura, embora pareça seguro que ela reunirá na ONU o indispensável apoio se tivermos em conta o alto prestígio internacional das personalidades que a sugeriram.

Um informador da Presidência da República confirmou que o general Ramalho Eanes, «com inteiro apoio das autoridades governamentais competentes solicitou ao tenente-coronel Melo Antunes que aceitasse a sua candidatura» mas que este, «invocando as funções que actualmente exerce e as responsabilidades que daí decorrem durante o presente período de transição, não se mostrou inclinado a acei-

tar que o seu nome fosse indicado». Mais tarde «quando lhe foi ponderado, entre outros aspectos, o prestígio e utilidade que para Portugal adviriam da designação de um português para o exercício de tão altas funções das Nações Unidas», informou o mesmo porta-voz da Presidência, que Melo Antunes modificou a sua atitude ressaltando que poderia rever a sua posição «se para tanto a evolução da situação a isso o determinasse».

Este caso, divulgado em primeira mão pelo semanário «Expresso», provocou uma vaga de especulações na imprensa reaccionária que balança entre duas atitudes. Por um lado não pode ignorar o prestígio que esta candidatura representa para o tenente-coronel Melo Antunes, para o País, e até para as próprias Forças Armadas, e esses sectores gostariam de a combater e de a denegrir o mais possível. Mas por outro lado, embora simulando desgosto, as forças

políticas que têm sistematicamente atacado aquele conselheiro da Revolução desejariam vê-lo afastado simultaneamente deste órgão de soberania e da Comissão Constitucional de que é o presidente.

O desgosto que a alguns sectores causaria a designação de Melo Antunes para tão alto cargo seria compensado pelas mexidas que então poderiam ser feitas no Conselho da Revolução onde existem ainda demasiados homens do 25 de Abril para que certas forças se encontrem satisfeitas.

O coro de indignação e discordância política em relação à figura do tenente-coronel Melo Antunes que se seguiu à divulgação da notícia, não tem outro objectivo que tentar dar um «empurrão» naquele incómodo membro do Conselho da Revolução, abrindo as portas para uma ou até várias substituições naquele órgão de soberania.



«Históricos» querem Congresso com debate interno



A eventual realização de um Congresso Extraordinário do Partido Socialista, caso não haja, de novo, possibilidade de entendimento entre as diversas «sensibilidades» do PS na reunião da Comissão Nacional, no próximo fim de semana, no Porto, constitui uma aposta dos «históricos» na resolução da crise interna do partido, conforme apurou ontem o «Tempo» em meios socialistas.

Com efeito, segundo pudemos comprovar em círculos próximos ao grupo dos «históricos», estes pretendem privilegiar mais o debate interno, a exemplo do que sucedeu no Partido Socialista Obrero Espanhol, manifestando a opinião de que a efectivação de um Congresso, nesta altura, podia representar «um factor de dinamização» do PS.

No entanto, os outros grupos do Partido Socialista não pensam assim, afirmando-nos alguns dos seus membros que um Congresso Extraordinário poderia ter repercussões negativas em ano de eleições. Os «históricos», por seu lado, respondem a este argumento referindo que o PSD, antes de vencer as eleições, esteve em crise interna e que realizou vários Congressos onde clarificou posições pessoais e estratégias a adoptar.

ALEGRE, GAMA E MORAIS EM «PROCESSO DE DISTANCIAMENTO»

Por outro lado, Manuel Alegre, Jaime Gama e Tito de Morais estão em «processo de distanciamento de cargos directivos» do partido, confirmando-se o pedido de demissão do primeiro, do Secretariado, que não demissão «de facto». Com efeito, os «históricos» têm tomado parte nas últimas reuniões deste órgão, já que não estão empenhados «numa batalha» — citando palavras de um deles ao jornalista do «Tempo».

Segundo sabemos, os «históricos» não estão interessados em permanecer em cargos directivos do PS antes da realização de um Congresso, o que quer dizer que, caso não haja Congresso Extraordinário — e Mário Soares não está inclinado para esta hipótese —, os opositores dos «ex-GIS/tecnocratas» só poderão regressar à Direcção do partido em 1981, por alturas do Congresso Ordinário. Isto, também, no caso do «processo de distanciamento» de Alegre, Gama e Tito de Morais ter o «consenso» da Comissão Nacional.

Outras fontes do Partido Socialista continuam com a «certeza» de que o Secretariado vai cair no fim de semana — conforme noticiámos no número anterior —, já que poderá ser a solução mais «curial» para não obrigar a Comissão Nacional e o secretário-geral Mário Soares a deixarem transparecer as suas opiniões sobre a importância dos «históricos» do partido.

Assim, caíndo o Secretariado em bloco, automaticamente os «históricos» se auto-excluem, «poupando» aos «neutros» o difícil acto de aceitar (ou não) as suas demissões.

SOARES DEIXA «GRUPOS» (DES)ENTENDEREM-SE ENTRE SI

Note-se que Mário Soares, se-

gundo o testemunho dos seus mais directos colaboradores, se encontra cada vez mais firme, pairando sobre a crise do seu partido, não para daí «lavar as mãos», mas para deixar que os grupos em «disputa» resolvam, entre si, os diferendos que os opõem, sem que a figura do secretário-geral se «paritizarize».

Esta crise mostra bem até que ponto Mário Soares continua a ser o líder incontestado do Partido Socialista e tem como consequência (involuntária?) o fortalecimento estratégico do líder, numa altura em que todos os passos do partido são bem estudados e analisados.

Não é, pois, estranho que Mário Soares tenha sido visto a caminho, nos Passos Perdidos da Assembleia da República, de braço dado com Manuel Alegre, sem receio que a «promessa» dos «ex-GIS» de se demitirem caso o secretário-geral se «inclinasse» para os «históricos», se cumpra.

DIRIGENTES RETIRAM APOIO AOS «HISTÓRICOS»

Registe-se, por outro lado, que o que era, há dias, um grupo sólido — os «históricos» —, de que não se sabia avaliar a força, parece, agora, reduzido a algumas personalidades, às quais foi retirado o apoio de dirigentes socialistas que antes com elas «alinham», como são os casos de António Reis e Salgado Zenha.

Todo este enunciado dá, de certa forma, consistência à analogia que os observadores políticos já fazem desta «descolagem» de Manuel Alegre, com a demissão de Felipe Gonzalez de líder do PSOE, no ano passado, durante o 28.º Congresso daquele partido, para depois regressar, triunfante, no Congresso Extraordinário.

Manuel Alegre, no entanto, ao que sabemos, não se considera um Felipe Gonzalez, nem os seus camaradas também o consideram. Pelo contrário, alguns são da opinião que o peso político do poeta de «O Canto e as Armas» se perdeu, em parte, nesta crise.

«UMA JOGADA DE ANTECIPAÇÃO»

Curiosa foi a expressão usada por um socialista, em conversa com o jornalista do «Tempo», para definir a actuação de Manuel Alegre: «Foi uma jogada de antecipação, à boa maneira dos tempos da clandestinidade.» No entanto, «jogada» ou não — e Manuel Alegre confessa que não —, as consequências da marginalização dos «históricos» podem, ainda, não ser visíveis nesta Comissão.

No sábado e no domingo, nas instalações da Cooperativa dos Pe-

dreiros, no Porto, tem lugar uma reunião que alguns socialistas classificam de «difícil», da qual poucas previsões há a fazer.

Apesar de tudo, segundo apuramos, os dois documentos a apreciar e aprovar pela Comissão Nacional — o da reestruturação interna e o da estratégia futura — apresentam novidades importantes para o traçado político do Partido Socialista.

ALTERAÇÕES A NÍVEL DE CHEFIA E ALIANÇA COM UEDS E ASDI

Por exemplo, o documento sobre a reestruturação interna preconiza alterações organizativas a nível de chefia, conforme nos revelou uma fonte do PS, o que vem «alimentar» a informação de que o Secretariado vai cair em bloco, o mesmo podendo suceder à Comissão Directiva — os dois órgãos que, estatutariamente, são eleitos pela Comissão Nacional.

Por outro lado, o documento sobre a estratégia partidária, aponta «soluções» a curto prazo, nomeadamente a «via» da concorrência do PS para as próximas eleições gerais, através de uma possível aliança com a UEDS e a ASDI, estando completamente fora de causa hipotéticas ligações ao PCP ou ao PSD. É à luz desta estratégia que podem ser vistas as recentes conversações entre a Juventude Socialista e delegações da UEDS e da ASDI.

Os dois documentos não irão sofrer grandes alterações na assembleia do Porto. Com efeito, durante esta semana, foram «filtrados» através de duas reuniões do Secretariado e uma, mais ou menos «secreta», da Comissão Directiva, tendo-se registado nestas as habituais discussões — não «acaloradas», segundo nos dizem — que as têm caracterizado nas últimas semanas.

A.D.



SECRETARIADO NACIONAL

António Guterres — «tecnocrata»; Maldonado Gonelha — «moderado»; António Reis — ex-apoiante dos «históricos»; António Sousa Gomes — entre os «tecnocratas» e os «moderados»; Arons de Carvalho — sem tendência definida, embora não apoiando os «históricos»; Salgado Zenha — ex-apoiante dos «históricos»; Gomes Fernandes — «moderado»; Jaime Gama — «histórico»; Jorge Sampaio — «ex-GIS»; Manuel Alegre — «histórico»; Manuel Tito de Morais — «histórico»; Rui Mateus — sem tendência definida; Vítor Constâncio — «tecnocrata»; Herculano Pires — sem tendência definida; Mário Soares — «neutral».

COMISSÃO NACIONAL SECRETARIADO NACIONAL

Alberto Nunes; Alfredo de Carvalho; Almeida Santos; António Arnaut; António Campos; António Esteves; António Janeiro; Aquilino Ribeiro («moderado» e um dos signatários do pedido de demissão em bloco do grupo de Sottomayer Cardia); Carlos Lage (ala esquerda); Catanho de Menezes; Edmundo Pedro («moderado», do «grupo» de Cardia); Eduardo Pereira («moderado», do «grupo» de Cardia); Fernando Barroso («moderado», do «grupo» de Cardia); Ferreira de Lima; João Gomes; João Cravinho («ex-GIS»); João Lima; João Tito de Morais; Jorge Campinos; José Luís Nunes; José Leitão (dirigente da J.S.); José Manuel Duarte; José Manuel Galvão Teles («ex-GIS»); José Niza; Luís Filipe Madeira; Marcelo Curto («histórico»); Mário Cal Brandão («moderado», do «grupo» de Cardia); Sottomayer Cardia («moderado»); Miranda Calha; Manuel Masseno; Manuel dos Santos; Oliveira e Silva («moderado», do «grupo» de Cardia); Pedro Coelho, Parcião Soares; Raúl Rego; Rodolfo Crespo; Rosa Gomes («moderada», do «grupo» de Cardia); Rui Vilar; Teresa Ambrósio; Teresa Portugal; Torres Couto («moderado», sindicalista, do «grupo» de Cardia).

Secretariado do PS tem nova composição

21-1-1980

Uma nova composição para o Secretariado Nacional do PS foi estabelecida na reunião da Comissão Nacional deste partido que decorreu, sábado e domingo, no Porto. No elenco agora criado, os observadores políticos consideram nota de realce a não participação de elementos preponderantes do grupo dos «históricos» como Manuel Alegre, Jaime Gama e Tito de Morais.

Em sua substituição, passam a integrar o novo secretariado, Carlos Laje, António Esteves e Luis Filipe Madeira.

Manteve-se assim até final o sigilo em que decorreu toda a reunião da Comissão Nacional daquele partido que se realizou no Porto.

De facto, os nomes de António Esteves e Filipe Madeira só vieram a ser conhecidos durante a conferência de imprensa em que Mário Soares deu a conhecer, circunstancialmente, as decisões tomadas pelo órgão máximo do PS entre dois congressos.

Já os trabalhos tinham terminado e ainda com excepção de Carlos Laje se especulava sobre as duas figuras que iriam integrar o novo Secretariado Nacional, aventando-se como quase certos, Almeida Santos e António Arnaut. Este último, aliás, com fundamento, dado que seria sistematicamente citado durante a reunião e só a posição reticente viria a demover sobre a hora os seus apoiantes. Outras personalidades que reuniram algum consenso foram as de José Manuel Galvão Teles e Teresa Ambrósio.

Contestação também a houve, nomeadamente quanto à figura de Maldonado Gonelha e à sua actuação no domínio sindical, segundo afirmaram dirigentes socialistas.

O afastamento dos membros dominantes do chamado grupo dos «históricos» foi, aliás, por eles próprios reclamada, segundo informou Mário Soares, e deveu-se à derrota das propostas alternativas à moção de estratégia e de reorganização do partido que subscreveram.

Do modelo estratégico adoptado para 1980 e que foi distribuído à imprensa ressalta desde logo o propósito de subir nas próximas eleições legislativas nacionais e das regiões autónomas e fazer eleger um candidato proposto ou apelado pelo PS nas eleições presidenciais para o qual já existe um «sboço de perfil», além da intenção de travar o crescimento da APU.

Este último propósito será alcançado na perspectiva do PS através da «rejeição do modelo do PCP, através da crítica ideológica e política desse partido

em termos tais que não possam confundir-se com a crítica e objectivos da direita», tendo em conta que os socialistas «se assumem como partido dos trabalhadores». A concretização desta medida, estratégica implica a «permanente afirmação, em todos os domínios, de uma alternativa que é a do socialismo democrático» e «uma presença actuante e autónoma em todos os terrenos da luta política e social em que se jogam os interesses da sua base social de apoio.

Outro vector que vai situar o PS durante o corrente ano é o de se «consolidar como força autónoma liderante de um bloco de esquerda democrática», para o que se propõe «adotar um amplo movimento de esquerda democrática que crie a imagem pública do alargamento do espaço de influência do PS, à direita e à esquerda.»

No entanto, Mário Soares foi bem claro ao afirmar que o espaço de cooperação de esquerda tem como limite o PCP e a direita tem como limite a Aliança Democrática, e quem pretende retirar a maioria absoluta na Assembleia da República e afirmar-se como «oposição firme e consequente», esta política é «rejeitada» por «Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira.

Para que tal objectivo seja conseguido, o Partido Socialista irá «denunciar as actuações que conduzem a prejudicar os interesses nacionais, a privilegiar os grandes interesses económicos privados e a lesar os direitos económico-sociais dos trabalhadores», para além de todas as tentativas de alteração do sistema político-institucional vigente. Outra iniciativa será a «representação, em todos os momentos, de alternativas que qualitativamente afirmem o projecto socialista, obrigando a AD a definir-se em relação às mesmas».

Ao pretender situar-se como base de uma alternativa viável, credível e eficaz de Governo, o Partido Socialista tem em devida conta a necessidade de «uma direcção política e uma responsabilização a todos os níveis pela execução de uma linha política e de objectivos prévia e democraticamente definidos para cada período considerado, uma organização reforçada, descentralizada e democratizada e o aprofundamento das características de pluralismo, interclassismo e da capacidade de implantação em que o Partido Socialista se reconhece».

Inverter o «crescimento da direita e do PCP»

Este modelo estratégico terá como quadro de referências o «Programa PS para os Anos 80» e é justificado pela urgência da «imediata inversão da dinâmica polarizadora de crescimento da

direita e do PCP, através da afirmação da força eleitoral e social do projecto socialista democrático». A acentuar-se a radicalização do eleitorado, o PS «correrá o risco de ser marginalizado na solução dos problemas nacionais e de o nosso país vir a inclinar-se para uma governação exclusiva da direita. Para além de a «revisão constitucional ser obtida por referendo a partir de uma maioria absoluta de votos e um presidente da AD».

Durante a conferência de imprensa, Mário Soares mostrou-se «muito satisfeito» com os resultados obtidos no encontro da Comissão Nacional, negando a hipótese de qualquer cisão.

Manuel Alegre confirmou, no final dos trabalhos, esta afirmação do secretário-geral do PS, acentuando não se ter verificado qualquer afrontamento, mas uma divergência de linhas políticas, num quadro democrático.

Desdramatizando a substituição daqueles elementos, Mário

Soares deixou entrever francas possibilidades de virem a ser eleitos para a Comissão Directiva. Sublinhou também que a existência de diferentes «sensibilidades» é um signo de um partido democrático.

Quanto ao peso do grupo dos «históricos» na Comissão Nacional, Mário Soares informou que as propostas alternativas obtiveram o apoio de cerca de 25 por cento dos elementos da Comissão Nacional, resultado este considerado surpreendente.

No plano reorganizativo, Mário Soares confirmou que foi adoptada uma tese descentralizadora que implica a transferência de meios técnicos e financeiros, nomeadamente para as federações. Estas medidas visam dar maior operacionalidade e eficácia aos organismos intermédios do partido e assegurar desta forma uma ligação mais rápida entre as bases e as cúpulas.

O Secretariado eleito

Os novos membros do Secretariado Nacional do PS são Mário Soares, Salgado Zenha, Sousa Gomes, Vitor Constando, António Guterres, Herculano Pires,

Jorge Sampaio, Maldonado Gonelha, António Reis, Afonso de Carvalho, Rui Mateus, Gomes Fernandes, Carlos Laje, António Esteves e Luis Filipe Madeira.



O diário

Dir. ex. Miguel Urbana Rodrigues. • Ano 1 • Preço 4300 • Junho 1975 • Propriedade de Editora Caminho L.C.

PS: o velho estilo

As decisões tomadas pela Comissão Nacional do Partido Socialista confirmaram a profundidade e a complexidade da crise que aquele partido atravessa.

Como é hábito, durante a conferência de Imprensa realizada após o encerramento dos trabalhos, o secretário-geral do PS esforçou-se, no seu estilo, por esconder as questões de fundo sob uma torrente de palavras. Falou-se do "modelo estratégico para 1980" com a mesma levandade que no ano findo caracterizou a campanha montada pelo PS para lançar o seu "programa para os anos 80", que já nasceu como coisa defunta.

O importante não é a cor do fumo que sai da barrela familiar do PS. O que preocupa neste momento todos quantos têm consciência da gravidade do perigo de direita é a incapacidade do partido de Mário Soares para extrair lições minimamente lúcidas da derrota sofrida nas eleições de Dezembro.

A instalação da direita no Governo com o apoio de uma maioria parlamentar, em vez de levar a direcção do PS a identificar-se com o sentir das suas bases e a assumir sem vacilações a defesa das instituições e das conquistas democráticas do Povo português, produziu, nesta primeira fase, um efeito inverso: reforçou em grande número de quadros responsáveis a tendência para o oportunismo. O PS não consegue disfarçar que tem medo do futuro. Incapaz de lutar por um espaço próprio na sociedade portuguesa, insiste em afirmar que é um partido socialista, com uma vocação e um projecto de esquerda e continua, entretanto, a desenvolver uma prática política de constantes aberturas à direita.

PortugalHOJE / Terça-feira, 22 de Janeiro de 1980

A vitória que não tiveram

Que a clarificação política é compatível com os mais genuínos métodos da Democracia, com o debate elevado, a fraternidade e o calor humano entre pessoas com pontos de vista diferentes, parece ser uma conclusão a extrair do encontro da Comissão Nacional do Partido Socialista, efectuado no passado fim-de-semana, na capital norte-nordeste.

(...)

Forças há (de que alguns jornais são veículo e porta-voz) cuja alegria e expectativa na hipótese de uma cisão eram por de mais conhecidas. Desiludidos pela vitória que não tiveram, não cansam agora de mirar na mira perflida de desagregar e desunir. O mínimo que se pode dizer dessas forças e das publicações que lhes servem de apoio é que não conhecem a verdadeira estatura moral e as profundas convicções socialistas de Jaime Gama, Manuel Alegre e Manuel Tito de Morais.

Eles terão ideias próprias e pontos de vista peculiares acerca da maneira de conduzir es-

tratégias e atingir objectivos políticos que reputam indispensáveis. Mas eles sabem que as ideias e as estratégias democraticamente definidas apenas são aplicáveis através de um Partido Socialista forte, coeso, reforçado. Daí o comportamento democrático assumido, daí a determinação de permanecerem no PS e de no seu seio lutarem contra o avanço da direita, contra o Governo da «Aliança Democrática», contra as forças que, proclamando-se de esquerda, não cessam de favorecer o reforço dos inimigos da Democracia e da Liberdade, da Justiça e do Progresso.

editorial/política

A TRIBUNA — Terça-feira, 22.1.80

O PS reforça-se

A FORMA por que parece ter decorrido e veio a terminar a reunião da Comissão Nacional do Partido Socialista convocada para o Porto no último fim-de-semana, acabou por desiludir as expectativas de quantos esperavam (ou desejavam) ver aquela importante força política envolvida em espectaculares convulsões internas. Efectivamente, e segundo palavras do dr. Mário Soares proferidas depois de encerrados os trabalhos, «não existe o espectro de cisão no PS»; circunstância que podendo desanimar alguns discordantes mais radicais será, no entanto, encarada com simpatia por aqueles que embora situados em quadrantes opostos reconhecem a conveniência de que se reveste para a Democracia quer a estabilidade e a coesão de todos os partidos que podem servir a quer (no quadro actual do nosso País) a existência de um PS capaz de oferecer uma válida e útil cooperação à definitiva institucionalização de um sistema em cuja criação assumiu elevadas responsabilidades.

INDEFINIDO, ficou, por agora, o problema da escolha do candidato à Presidência da República, em relação ao qual o PS se limita a referir dever ter um perfil «que possa assegurar a vitória sobre os candidatos da direita e da extrema direita» — o que pode levar a pensar-se admittirem os socialistas a eventualidade da apresentação de candidatos dessas áreas, hipótese que estamos longe de supor líquida, para já... — M.F.



Soares e Zenha quiseram esmagar os "históricos"

Foram cerca de 20 horas de discussão no anfiteatro da Cooperativa dos Pedreiros onde se reuniu neste fim-de-semana, a Comissão Nacional do Partido Socialista.

No sábado, ficou tudo resolvido, com o debate durante perto de 11 horas do documento de estratégia política. O confronto (num nível elevado) seria liderado por Manuel Alegre, e Vitor Constâncio. «Históricos» e o grupo de «tecnocratas», estes sempre apoiados pelos ex-Gis, defrontaram-se para impôr as diferentes análises e perspectivas sobre a política portuguesa. Mário Soares e Salgado Zenha foram porém os grandes opositores ao grupo dos «históricos».

A meio da tarde, Jaime Gama que se encontrava doente, também aparecia na Cooperativa para entrar na discussão. Maldonado Gonelha passeou-se sempre sorridente. Estava confiante que se ia «aguentar» e conseguiu-o. Deram «ordens expressas» para que ninguém falasse com os jornalistas. Assistiram-se mesmo a cenas caricatas: nenhum membro da Comissão queria ser visto com qualquer jornalista de um partido «aberto», pretendi-se, agora, dar a imagem de um PS «monolítico»?

«HISTÓRICOS» CONTAVAM-SE...

Em discussão estava naturalmente o documento do Secretariado sobre a estratégia do PS para 80. Sem apresentar uma alternativa global ao documento do Secretariado, foram feitas propostas de alteração que, a serem aprovadas, iriam «subverter» o próprio documento do Secretariado. Entretanto, já o documento tinha sido aprovado na generalidade (abstenção dos «históricos») e Mário Soares passara de «árbitro», ou o «medianeiro» a «ponta de lança» contra os «históricos».

Foi a questão das alianças que despoletou a maior polémica. A necessidade de explicitar a recusa de uma aliança com o PSD não foi aceite, conforme teria pretendido a facção minoritária, deixando antes uma porta aberta para a negociação e o entendimento com Sá Carneiro. E pela primeira vez, os «históricos» contaram-se. Foi uma surpresa para muitos e mesmo para Mário Soares, quando cerca de 33 por cento da Comissão Nacional apoiou os «históricos» —

Manuel Alegre, Jaime Gama e Tito de Morais, com os votos em «bloco» da Juventude Socialista (excepto um), do núcleo dos Açores (aqui a influência de Jaime Gama), de todos os representantes de Coimbra, Trás-os-Montes e muitos representantes operários (salvo os aliados de Gonelha na UGT).

As propostas de alteração dos «históricos» foram sendo consecutivamente derrotadas. Ter-se-á chegado mesmo à tentativa de tentar boicotar a sua votação. Os «históricos» contaram-se. Falta referir agora nos órgãos directivos e nas bases do PS qual a representatividade das restantes tendências: saber qual a força de facto, dos «ex-gis» ou dos «tecnocratas». Mas não seria só a questão das alianças que provocaria divergências. A próxima eleição presidencial não pode ser esquecida ou ajudada.

Qual o candidato do PS? qual a diferença para alguns entre o desejo e a realidade política?

«A ALA ESQUERDA?»

Era inevitável o confronto. Mas não houve cisão. Apenas esta «tendência», que exige sê-lo, se quer assumir como a «ala esquerda do PS» defendendo o princípio «socialista democrático» de inspiração marxista «contidos na declaração de princípio. Política sindical (maioria socialista nos órgãos directivos da UGT), a necessidade de criar uma alternativa para as eleições legislativas, não esperarem que surjam divisões na AD como solução para todos os males e a estrutura financeira do PS (as fundações), são questões que já eram importantes antes desta reunião mas que — agora se agravaram. E clarificaram.

Poder-se-á estar noutros caos «Manuel Serra» ou «Lopes Cardoso»? O futuro do dirá: Para jpa não existe qualquer elemento dos «históricos» no Secretariado, mas poderão figurar na Comissão Directiva (composta por 41 elementos) se lhe for dada, como exigem, a representação proporcional aos votos agora concedidos.

Nas próximas eleições dentro do PS (nas federações ou na direcção do grupo parlamentar) poder-se-á apreciar a força ou não dos «históricos».

SECRETARIADO: O RECURSO

Com a não aprovação das alterações os «históricos» não participaram na elaboração da lista para o Secretariado. Provavelmente Vitor Constâncio teria ameaçado o mesmo se as propostas dos «históricos» tivessem vencido. Mas Vitor Constâncio é hoje o homem «forte» de Mário Soares. E se como ministro baixou «o delfino da balança de pagamentos», no PS, Vitor Constâncio aumentou os seus créditos.

E já deppis do almoço de ontem era curioso observar no terraço da Cooperativa dos Pedreiros, os diferentes grupos a negociar a lista. Vitor Constâncio chegaria depois de almoço no mesmo carr que Mário Soares. Mas António Arnaut era o mais solicitado, por uns e por outros. Manteve-se «na sua» não aceitando fazer parte do Secretariado. Causando embaraços a Mário Soares a quem coube a elaboração da lista. E foi então necessário contactar com Luís Filipe Madeira que se encontrava na sua terra, Algarve, para o convidar a entrar no Secretariado. A ele juntaram-se Carlos Lage e António Esteves. Aqueles que tinham manifestado a intenção de se demitir ficaram lado a lado com Maldonado Gonelha, quando também tinham exigido a sua «cabeça» como forma de compensação para a saída dos «históricos».

Pouco depois das 20 horas de ontem tinha terminado esta reunião da Comissão Nacional do Partido Socialista, que bem se pode chamar «histórica». Tendências institucionalizadas como no PSF (com percentagens inferiores à dos «históricos») ou uma crise muito semelhante à do PSOE poderia (ou poderá) acontecer no PS. Conviver com as «tendências» ou «engolir» a minoria. E aqui Mário Soares não esteve acima destas duas alternativas mas empenhou-se claramente na segunda.

E na conferência de imprensa em que não esteve nenhum «histórico»; os jornalistas foram (mal) informados do que se tinham passado. Os membros da Comissão Nacional continuaram a não poder falar...

FERNANDA MESTRINHO



PS: Renascer no Inverno?



22 de Janeiro de 1980

o diário

PS procura espaço de influência

PORTO (da nossa delegação) — Depois da reunião de cerca de 20 horas da Comissão Nacional do Partido Socialista efectuada este fim-de-semana, no Porto, e que fora convocada há cerca de um mês e preparada cuidadosamente, como fez questão de acentuar Mário Soares, apenas se sabe ao certo que a constituição do secretariado daquele partido foi alterada. Tudo o mais — documento de estratégia para 1980 e reorganização interna do partido — surge em consequência de uma vontade: a de mudar a imagem do PS, após os desaires eleitorais de 2 e 16 de Dezembro passado.

A exclusão do órgão executivo do PS de três das figuras mais conhecidas do partido, todos "históricos", traduzir-se-á, no essencial, num reforço da posição do próprio Mário Soares. Em substituição daqueles, entraram três parlamentares: Carlos Laje, do Porto, e António Esteves e Luis Filipe Madeira, ambos do Algarve.

Ao contrário do que alguns órgãos de comunicação social anteviam, nem sequer aconteceu qualquer reforço da posição dos ex-GIS, que não colocaram mais ninguém no secretariado.

Independentemente disso, venceram as posições por eles advogadas. Ou seja, de acordo com o documento de estratégia distribuído no final: "animar um amplo movimento de esquerda democrática que crie a imagem pública de alargamento do espaço de influência do PS, à direita e à esquerda".

Chamado, no decorrer da conferência de Imprensa, a esclarecer melhor o que seria

esse anunciado "movimento de esquerda democrática", Mário Soares limitou-se a insistir que seria o sector que vai da "AD", à direita, ao PCP, à esquerda. Na verdade, o que o PS irá procurar — anuncia já o início de tais contactos para princípios de Fevereiro — é alargar a sua base de apoio a sectores não especificados, mas que se pensam serem o MSD, ASDI, UEDS, MES, católicos progressistas e oiclistas.

Poderá mesmo insinuar-se que se trata de um movimento de "esquerda democrática" a "escolha, em tempo oportuno, (mas cujo perfil já se vai desenhando) de um candidato presidencial que assegure a vitória sobre os candidatos de direita e de extrema-direita".

Trata-se de um "bloco" que será liderado pelo PS, nos termos do próprio documento que fixa os objectivos para este ano, e estabelece o remédio para que não aconteça que se acentue a "marginalização da influência do PS na solução dos problemas nacionais".

A tudo isto, a "estratégia" junta uma demarcação do Partido Socialista em relação ao PCP e à APU. Um dos objectivos salientados é, expressamente, travar "o crescimento da APU".

Até que ponto o diagnóstico feito pela Comissão Nacional do PS da sua grande descida nos últimos actos eleitorais aconselha "medicamentos" como o da persistência na recusa da unidade com as forças democráticas englobadas na APU, é uma questão a que a vida não tardará a dar resposta.

F.S.

Uma hipótese maquiavélica?

Ao serem relativamente marginalizados na escolha das listas de candidatos para a actual Assembleia da República, se não antes, os "históricos" perceberam de imediato o que os esperava. Se o PS conseguisse evitar a derrota clamorosa que teve e, por isso, a AD não obtivesse maioria, o reequilíbrio do sistema político na área de fronteira entre a AD e o PS, que seria inevitável, far-se-ia à custa deles. Seria essa a excelente ocasião para os socialistas se aproximarem de Eanes (como no final da campanha se tornou patente) e da ASDI, que ganharia de novo alento.

Mas a AD conseguiu a maioria absoluta e dentro de poucos meses novas eleições ocorrerão. Nelas a AD ir-se-á apresentar como um poder suficientemente fresco para, se tiver cuidado, não se ter ainda degradado e além disso com a vantagem de estar em posição privilegiada, que nem vale a pena explicar. A campanha eleitoral dos socialistas, sobretudo se tivermos presente que a APU estará então ainda em melhores condições de crescimento, terá de ser muito agressiva e feita na rua.

Quer dizer, os "históricos" serão menos dispensáveis depois do que aconteceu do que seriam se o quadro político pós-eleitoral fosse outro. Mas já estão demasiado fracos para poderem aspirar a retirar dividendos da sua utilidade. Pelo contrário, estarão, estariam, condenados a servir de instrumentos para os rivais.

Assim sendo, torna-se evidente que a estratégia dos "históricos" passou a ser a de provocar a vitória dos adversários, com o máximo de custos possível, para que na próxima campanha eleitoral sejam os rivais a terem o encargo e o risco de se oporem aos partidos da Aliança Democrática.

E então, de duas uma: ou o PS, aliado evidentemente à ASDI e talvez à UEDS, consegue derrotar a AD tirando a esta a maioria absoluta, caso em que os "históricos" estarão, enquanto grupo, condenados por bons e longos anos. Ou o PS volta a ser derrotado e então os "históricos" estarão em excelente posição para acusar os seus adversários do fracasso. Neste último caso poderão aspirar a uma recuperação de poder partidário.

Dir-se-á que esta é uma jogada arriscada. Julgo porém que não é esse o problema. Condenados a curto prazo, não tinham outra alternativa política que não fosse aceitar a posição minoritária, provocá-la e depois aguardar. Com isso conseguem o que é afinal o único trunfo que possuem, e que consiste em obrigar os adversários, que jogavam no médio prazo, a atolarem-se na acção imediata e arriscada a curto prazo. Em contrapartida, os "históricos" que não tinham médio prazo (como todos os poderes sitiados e que já nada mais fazem do que colmatar brechas cada vez mais amplas nas muralhas), passam a dispor de espaço livre para a luta de guerrilha que por certo preferem.

Agora resta aguardar. Mais do que uma simples luta política está-se perante um caso de luta pela sobrevivência. Em que a memória genérica lembra não haverem outras regras que não seja a de que a suprema prioridade é essa sobrevivência.

Hipotética substituição de Freitas do Amaral põe a girar «alas» do CDS



A reunião da Comissão Directiva do CDS que amanhã terá lugar em Lisboa, vai ser marcada pela confrontação de duas «sensibilidades». O debate irá polarizar-se em torno do teor das decisões a serem tomadas com vista à reorganização dos órgãos dirigentes do partido.

Os meios centristas considerados próximos à orientação defendida pelo vice-presidente Amaro da Costa propõem a acumulação dos cargos partidários com os do Governo. Desta forma, esta «sensibilidade» irá bater-se pela não substituição de Freitas do Amaral na presidência da Comissão Política. Segundo estes elementos, Freitas do Amaral não estaria mesmo na disposição de ser substituído nas suas funções de liderança do CDS.

A esta corrente opõem-se os centristas que defendem a assunção, pelo vice-presidente Lucas Pires, da presidência do CDS, embora a título interino. Esta solução foi já preconizada através dum documento subscrito por alguns dirigentes, entre os quais se contaria o próprio Lucas Pires.

A situação evoluiu subitamente em sentido inesperado quando o secretário-geral do CDS, Rui Oliveira, manifestou disponibilidade, em declarações feitas no fim-de-semana, «para assumir qualquer tarefa que o partido me acometer». Esta posição, aliada a outras declarações feitas sobre Lucas Pires, apontam para uma retirada de apoio à candidatura do vice-pre-

sidente anteriormente subscrita pelo próprio Rui Oliveira.

UMA TERCEIRA «SENSIBILIDADE»

Aliás, o secretário-geral do CDS encabeça, por sua vez, uma terceira «sensibilidade» no interior das hostes centristas, a qual, no entanto, não possui a expressão política definida e clara que as outras duas apresentam para os observadores atentos. A última tomada de posição de Rui Oliveira foi assim entendida por alguns observadores como sintoma do empenho detectado naquela figura política em se propor substituto interino de Freitas do Amaral.

Segundo outras opiniões, as referidas declarações denotariam apenas o agarramento do apoio a Lucas Pires, ao mesmo tempo que o secretário-geral se

absteria de participar no confronto das duas principais sensibilidades em presença.

AS DECLARAÇÕES CONTROVERSAS

Com efeito, Rui Oliveira manifestou-se «disponível para assumir qualquer tarefa que o partido me cometer, embora considere que não seja aquele que reúne melhores condições» para o desempenho de funções deixadas em aberto com a saída de correligionários seus para o Governo.

Questionado em Coimbra sobre a possibilidade de Lucas Pires vir a assumir posições ainda mais destacadas na orientação do CDS, Rui de Oliveira retorquiu na altura que ele próprio, secretário-geral da Aliança Democrática, cargo suprapartidário que o absorverá bastante.

O secretário-geral do CDS considerou, por outro lado, que as tarefas ligadas à organização do seu partido «são pesadas e desgastantes, envolvendo grande esforço físico».

Rui Oliveira adiantou que «é à Comissão Directiva que compete fazer a sua escolha, que eu, democrática e disciplinadamente, aceitei».

A reunião da Comissão Directiva foi convocada por Freitas do Amaral e visa a reestruturação orgânica do partido. A necessidade desta reestruturação advém da entrada para o Governo das principais figuras políticas do CDS (com apenas algumas excepções). Estão neste caso o presidente do partido, Freitas do Amaral, que é vice-primeiro-ministro no Gabinete de Sá Carneiro; o vice-presidente centrista Amaro da Costa, actual ministro da Defesa e o vice-presidente Basílio Horta que sobraça a pasta do Comércio e Indústria.

PARA REORGANIZAR O PARTIDO

TÉRÇA-FEIRA, 22/JANEIRO/1980

CDS: AMANHÃ REUNIÃO DECISIVA

A reorganização e a distribuição dos lugares de cúpula no CDS, em consequência da entrada de Freitas do Amaral para o Governo, terá amanhã, na reunião da Comissão Directiva, uma etapa decisiva. Em causa, está, principalmente a futura direcção do partido. Amaro da Costa, Lucas Pires, Rui Oliveira, Rui Pena e Sá Machado são nomes a «distribuir» pela hierarquia dos centristas. Para já, sabe-se que Freitas do Amaral não aceitou o pedido de demissão de vice-presidente de

Amaro da Costa, ao mesmo tempo que procura evitar a entrega do «comando» a Rui Oliveira. É assim que, dado que Lucas Pires se mantém «empenhado» na coordenação-geral da AD, Amaro da Costa surge como possível presidente interino do partido, mantendo-se como presidente da Comissão Executiva. A esta alternativa apresentaria Rui Oliveira outra, que passaria por uma divisão de poderes entre Rui Pena (que já é chefe do grupo Parlamentar), Lucas Pires (que continuaria empe-

nhado na coordenação da AD), Sá Machado e Luís Barbosa (que seria chefe do Governo Sombra). Entretanto, e ao nível da secretaria-geral, que Rui Oliveira manterá, seriam eleitos cinco secretários-gerais-adjuntos, com maior competência distribuída por pelouros, a saber: Vieira de Carvalho, Alexandre Sousa Pinto, Fortunato Queirós, Luís Beiroco e Luís Sampaio. Amanhã, portanto, será Freitas do Amaral, que continua líder incontestado, a dizer a última palavra.

O Comércio da Manhã

16-1-1980

Freitas do Amaral:**Diplomacias paralelas
deverão terminar**

O Governo sente-se chamado a si a condução da política externa, sem a deixar a outros órgãos de soberania, como alguns governos anteriores fizeram. Lembrando que, ao contrário do que sucedia com a Constituição de 1933, a Lei Fundamental de 1976 atribui ao Governo e não ao Presidente da República a responsabilidade da condução da política externa. Freitas do Amaral garantiu que o Executivo se oporá também, na medida dos poderes ao seu alcance, a prática anterior de diplomacias paralelas — que desprestigia o País no exterior, perturba o funcionamento interno do Estado e é, aliás, incompatível com a Constituição, que só permite a nomeação de enviados extraordinários, quando a mesma tenha por base uma proposta feita nesse sentido pelo Governo.

(..)

Por último, Freitas do Amaral afirmou que o Ministério que dirige deverá desempenhar simultaneamente uma missão social de apoio aos Portugueses que residam no estrangeiro, indo ao encontro das necessidades reais dos nossos emigrantes, e pediu à Assembleia que introduzam as modificações necessárias para transferir os poderes legais relativos ao Dia das Comunidades da competência do Conselho da Revolução ou de alguns dos seus membros, para a competência do Governo — de onde nunca deviam ter saído.

Os poderes legais relativos ao "Dia das Comunidades" e ao "Congresso das Comunidades" devem ser transferidos da competência do CR para a do Governo, de onde nunca deveriam ter saído

Portugal HOJE / Quinta-feira, 17 de Janeiro de 1980

«O Conselho de Revolução não tem nada a interferir com (O Dia das Comunidades Portuguesas e o Congresso das Comunidades Portuguesas). Sobre isto, só, exclusivamente, se pode pronunciar o Presidente da República» — acentuou, ontem, Vitor Alves, porta-voz do Conselho da Revolução, no habitual diálogo travado com os órgãos da Comunicação Social, antes de cada sessão de trabalho daquele órgão de Soberania.

Vitor Alves começou por revelar a agenda dos trabalhos da sessão do Conselho, onde se discutirá sobre a situação do Conselho, onde se irá

Defendendo a subordinação total da autoridade ou força militar ao poder político, o orador disse que as Forças Armadas deverão estar ao serviço da Nação, e não do Governo, mas «às ordens do Governo, na medida em que este seja efectivamente o representante legal da Nação e se mantenha e aja na legalidade».

Cremos que todos estes pressupostos se encontram já preenchidos em Portugal: o Governo é, efectivamente, o representante legal da Nação, visto que emana da vontade livremente expressa por esta; o Governo acata a legalidade constitucional vigente, sem embargo de a maioria parlamentar que o apoia se propor, como lhe assiste, alterar, no prazo estabelecido, a Lei Fundamental, de modo a adequá-la ao sentir nacional maioritário.

O brigadeiro Belchior Vieira recordou fases atribuídas das relações entre o poder político e autoridade militar em Portugal: de umas vezes, foram as Forças Armadas que hesitaram, ou se demitiram, perante as missões e directivas emanadas daquele; de outras, foi o poder político que aceitou, sem exame crítico, a transferência de responsabilidades para os militares.

**editorial**

A TRIBUNA — Quarta-feira, 16.1.80

SE as palavras de Freitas do Amaral, sem dúvida maduramente reflectidas, terão desagradado ao sector próximo do Presidente da República, ou até manifestando o seu pensamento, o mesmo se dirá da parte da intervenção com que o ministro Cavaco e Silva desmitificou a estulta imagem de uma situação financeira folgada com que se procura iludir o Povo. Na realidade, e os números expostos pelo titular da pasta das Finanças não deixam margem a quaisquer dúvidas, económica e financeiramente a posição do País é quase calamitosa e desenha-se hoje sob mais sombrias perspectivas que em 1979, ao contrário do quadro optimista delineado por Ramalho Eanes quando da tomada de posse do Executivo chofiado por Sá Carneiro. O que, revelou-se, não assusta, pelo que se ouviu, um Governo que procurará realizar neste campo uma política desenvolvimentista em que teremos finalmente a equiparação, em oportunidades, da iniciativa privada e da empresa pública e em que a condição social não será descuidada.

Cremos que se encontram finalmente reunidas condições que obstam à repetição de tais situações. O regime democrático está institucionalizado, com o cariz que lhe ditou a vontade popular, nada impedindo que as Forças Armadas nele assumam o lugar que lhes cabe.

Nenhum obstáculo deverá, pois, ser artificialmente criado à natural extinção do Conselho da Revolução no prazo constitucional estabelecido.

T.L.

Terça-feira, 15 de Janeiro de 1980.

a TARDE

**Nota
do dia**

A existência do Conselho da Revolução constitui, neste momento, a única mancha na plena inserção da instituição militar na nova sociedade democrática portuguesa. Para se atingir este desejável objectivo, importa, portanto, que nada venha impedir a extinção constitucional daquele órgão na data prevista.

Outra não nos parece poder ser, com efeito, a conclusão legítima a tirar da lição — que de lição efectivamente se tratou — ontem dada na abertura do curso de Defesa Nacional pelo vice-director do respectivo Instituto, brigadeiro Belchior Vieira.

NOVO ROSA DOS VEIOS TEM MARCA DOS VEIOS

Por JOSÉ SARAIVA

Operou-se no PS uma viragem à direita? Esta é, naturalmente, uma pergunta que muitos farão, perante as conclusões da Comissão Nacional do PS, que no último fim-de-semana reuniu no Porto. Mas a questão surgirá mais fundamentalmente em consequência da não eleição de três membros do anterior Executivo para o novo Secretariado. Por outro lado, os propagandadores das ideias-tais insistirão nessa tese, já que isso lhes poderá render frutos a breve prazo...

O que, na verdade, ocorreu no interior do gélido edifício da Cooperativa dos Pedreiros foi bem diferente. Quem perdeu testou a sua força (33%); quem ganhou, sabe agora bem qual o peso de uma tendência que se irá afirmar como «marxista não dogmática», procurando crescer no interior do aparelho para no Congresso de 1981 aparecer a disputar as eleições. É o começo de um trabalho que terá já nos congressos distritais das federações os seus primeiros ensaios.

Por outro lado, o novo Executivo, onde aparecem homens não totalmente desconhecidos, mas que até aqui tinham um peso relativamente leve no partido, irá permitir uma certa solidariedade institucional, uma certa eficácia na acção. Os elgários Luís Filipe Madeira e António Esteves, ambos advogados de 38 anos, e Carlos Laje, de 35 anos, adoptado pelo Porto, são homens que poderão vir a enriquecer o aparelho e principalmente a evitar que, como até aqui, se registassem permanentemente desconfiadas colagens de uns aos outros, e que na prática impediam o funcionamento dos diferentes pelouros.

Soares vetou saída de Gonelha

O PS tinha a sua máquina emperrada. Não propriamente por culpa dos homens que agora foram derrotados — Tito de Morais, Jaime Gama e Manuel Alegre — mas, sobretudo, porque existiam «suspeições» mútuas...

A verdade, porém, é que nem tudo foi tão pacífico e na tarde de domingo assistiu-se a uma verdadeira angústia colectiva na procura de uma saída para o Secretariado — que esteve quase para não se alcançar... Numa primeira fase, a saída daqueles dirigentes deveria ser acompanhada por Maldonado Gonelha,

mas o afastamento deste responsável foi congelado pelo «veto» de Mário Soares.

Para render os três que abandonavam, necessariamente, houve muitas tentativas. Teresa Ambrósio, João Cravinho e António Arnaut foram, durante algum tempo, homens que estiveram em diversas composições para entrar para o núcleo executivo. Mas, por esta ou aquela razão, houve necessidade de se telefonar para Loulé e «obrigar» Luís Filipe Madeira a integrar com Carlos Laje e António Esteves o grupo dos catorze. Saída ideal? O facto é que este Secretariado teve 52 votos contra, 82 a favor e apenas 16 abstenções.

Significa isto uma viragem? Não, propriamente. Quer dizer, apenas, que há agora uma outra coisa no interior do Exe-cutivo «técnicos e dos homens cultivos com papel fundamental oriundos do grupo de Intervenção Socialista». Em contrapartida, Maldonado Gonelha está mais isolado, embora tente adaptar-se à realidade nova que é o PS.

Pode afirmar-se que o propalado «grupo do GIS» aumentou o seu peso, com a entrada de Carlos Laje, António Esteves e Luís Filipe Madeira. Mas poderia ainda essa força ser maior se o eng.º João Cravinho tivesse admitido integrar o Executivo. Por outro lado, Arnaut «encostou-se» ao grupo de Coimbra, preferindo jogar fora do actual esquema dirigente.

Mas a dança dos nomes pouco significado terá se não se tiver em conta que o PS aprovou uma estratégia clara que passa pelo reforço da sua identidade, adaptando-a à realidade portuguesa actual. E é curioso referir que, quando foi votada a questão das alianças — «oposição firme ao Governo e consequentemente à maioria da AD e ao seu Governo, bem como ao PSD e aos seus governos regionais» (tese aprovada) — muitos votaram contra a alternativa proposta pelo

trio derrotado, que preconizava já um corte da hipótese de aliança com os componentes da AD, «designadamente com o PSD».

Ora sucedeu que Carlos Laje, Manuel dos Santos, António Guterres, João Cravinho, Jorge Sampaio, Joaquim Mestre e outros se demarcaram do conjunto, através de uma moção que fizeram aprovar, e na qual se refere que, ao rejeitarem a emenda vencida, não quer dizer que automaticamente seja possível essa aliança com os sociais-democratas.

Neste modo, o grupo da «nova Esquerda» demarcou-se da Gonelha, Eduardo Pereira e outros que personalizam o sector mais à direita do partido.

Finalmente, aponta-se que essa demarcação e o consequente isolamento da facção Gonelha ficou ainda mais patente numa outra moção (esta já relativa à organização), que apontava que nenhum dos dirigentes principais das fundações poderia permanecer no lugar se não tivesse a confiança de dois terços dos votos dos membros do Secretariado.

Esse documento, que foi aprovado e que foi aprovado devido a uma intervenção pessoal de Mário Soares — era subscrito por Carlos Laje, António Guterres, Vítor Constâncio, Sousa Gomes, Manuel dos Santos, João Cravinho, Joaquim Mestre, Jorge Sampaio e António Esteves.

Pelos nomes se constata que elevado número de membros do Secretariado pretenderam afirmar que os «lobbies» que são as fundações (poder financeiro) não devem ser utilizados a favor de um ou outro membro dirigente. Sabe-se que Maldonado Gonelha dirige a Fundação José Fontana; Eduardo Pereira a Fundação Azedo Gneco e Sousa Gomes a Fundação Antero de Quental. Logo aquele dirigente sindical do PS está em declínio no interior do partido — indo acentuar-se com o tempo.

«Reunião» continua nas eleições para a «Directiva»

Quando o grupo polarizado em Sottomayor Carda preferiu o «silêncio» (embora o ex-titular do MEIC falasse em «lutas de classes» — o que espantou Alegre...), assistiu-se a um debate de grande nível com particular ênfase nas intervenções de Constâncio e Alegre; este a bater-se «como

um autêntico leão» — como nos confirmaram.

Resta acrescentar que a próxima reunião da Comissão Nacional — daqui a um mês — verá todos estes problemas acrescidos, visto que então será eleita a nova Comissão Directiva e há que negociar mandatos segundo o peso de cada tendência.

É este é um primeiro passo, de facto, para, embora não institucionalmente, as tendências se tornarem um facto indelmentável ao PS. Os vencidos do Porto irão reivindicar naquele órgão a presença de uma proporcionalidade correspondente ao peso de que dispõem.

Há a convicção ainda, de que Jorge Sampaio terá evitado uma situação grave, que era a que se referia à prática sindical, ao preconizar uma política reivindicativa tal como consta no «quadro de referências do partido que é o documento para os anos 80». De facto, Maldonado Gonelha defende outras coisas, inclusive, a aliança pós-elitoral com o PSD. No partido ficou claramente só com o seu grupo...

Em suma: «Schmidt venceu Mitterrand? Ou Rocard venceu Mitterrand? Esta uma dúvida para quem se quiser debruçar sobre uma questão cuja resposta virá mais tarde, talvez daqui a meses.

JM 22-1-80



Out. Freire

ASDI e UEDS poderão ser aliados do Partido Socialista

«O Partido Socialista está disposto a fazer alianças e procurará ser um pólo de atracção de pessoas e movimentos, tendo em vista a disputa das próximas eleições legislativas» — declarou, ontem, ao Telejornal, Vitor Constâncio.

Interrogado acerca das forças que o PS procuraria captar para uma possível aliança, aquele dirigente socialista, afirmando embora que elas não se encontram ainda definidas concretamente, assinalou que poderiam vir a ser a ASDI, a UEDS e outras que se reclamem do mesmo espaço político, ou seja, do socialismo democrático.

Vitor Constâncio afirmou ainda que o PS não encara sequer a

hipótese de qualquer aliança com a AD ou com alguma das forças que a compõem, nem com a APU, que têm um programa e uma natureza ideológica com a qual o seu partido se não identifica.

«O PS está disposto a afirmar-se pela positiva», esclareceu Vitor Constâncio, que referiu ter o Partido Socialista duas alternativas: lutar pela desagregação da AD, ou afirmar-se como uma alternativa clara e com um projecto susceptível de atrair outros sectores. Acentuou, a propósito, não haver mais lugar para uma definição do seu partido pela negativa. A oposição à AD e ao Governo, bem como uma rigorosa demarcação do FCP, far-

se-á pela apresentação dessa alternativa clara.

Vitor Constâncio declarou igualmente não corresponder à verdade a ideia de que a reunião da Comissão Nacional do PS realizada no Porto fora uma solução de compromisso.

Para este dirigente socialista, o que se passou na cidade invicta traduziu-se numa clarificação, já que permitiu definir objectivos e uma estratégia política para 1980, ao mesmo tempo que facilitou o aparecimento de uma direcção política coesa e operacional.

«O pluralismo não significa ambiguidade», disse Vitor Constâncio, defendendo a ideia de que a democracia interna não pode significar indefinição.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

22-1-1980

Fundação Cuidar o Futuro

Jaime Gama:

Recusamos comportamentos monolíticos ou unanimistas

Eis o depoimento de Jaime Gama ao «DN»:

«O debate realizado na Comissão Nacional e que decorreu com elevado civismo, permitiu confrontar pontos de vista alternativos no interior do PS sobre assuntos tão relevantes como a política de alianças para 80 e a reestruturação do partido e proceder à verificação da extensão dos apoios a essas posições. É salutar que um partido democrático aceite como facto normal a divergência de ideias e recuse comportamentos colectivos monolíticos ou unanimistas. Na impossibilidade de obtenção de uma síntese, considero muito positivo que se tenha alcançado por votação uma clarificação de posições, com a existência de uma minoria e maioria, esta, aliás, enriquecida por sensibilidades, diferenciadas e

contando com a acção aglutinadora do secretário-geral, o qual imprimirá certamente ao secretariado eleito no Porto, onde apenas entraram três novos elementos, uma imagem de renovação, eficácia e credibilidade, em consonância com o âmbito das modificações empreendidas. O PS bem precisa de recuperar as sucessivas perdas eleitorais, nomeadamente em Lisboa, Setúbal, Santarém, Leiria, Castelo Branco e Faro. Pelo seu lado, os subscritores dos documentos alternativos, eleitos pelos círculos de Viana, Coimbra e Açores, onde, como se sabe, o PS não foi atingido por um desgaste de imagem nas últimas eleições, estarão mais disponíveis para abordar as temáticas regionais e exercerem de forma mais intensa os seus mandatos na Assembleia da República.»



O discurso do sistema

por ALBERTO JOÃO JARDIM



POVO LIVRE
ÓRGÃO OFICIAL DO PSD

16 Janeiro 1980

Insolita, pelo discurso presidencial, a posse do novo Governo da República. De Sá Carneiro, um discurso inteligente, prudente, sereno e firme. Enfim, o discurso de um estadista, o discurso de um Primeiro-Ministro na sua tomada de funções.

De Eanes, uma atitude partidária, um discurso de confronto com o novo Governo e de errada análise económica. Também, enfim, o discurso impróprio de um Chefe de Estado e daquele momento.

Ramalho Eanes pretendeu assim desmarcar-se claramente do novo Governo da República, abrindo-lhe oposição logo a partir do preciso momento da posse. A iniciativa da hostilidade, para espanto do país e quando outra atitude civicamente se impunha, parte justamente de quem é ainda o Presidente da República.

Portugal, a par das inúmeras indefinições que nos estrangulam, orientou-se por uma política de contrição a fim de recuperar no domínio da balança de pagamentos. Aliás, a Região Autónoma da Madeira, mercê do centralismo ainda vigente neste sector, teve ilegalmente de subordinar-se às medidas do poder central, apesar da sua balança de pagamentos superavitária e da sua conjuntura própria que aconselhavam medidas diferentes das adoptadas no rectângulo e alargadas, por imposição, aos territórios insulares.

De facto, verificaram-se progressos no controlo do desequilíbrio externo. Só que qualquer pessoa com um mínimo de formação nestes domínios, sabe que através de esquemas articulados de política orçamental, política monetária, política cambial e política dos rendimentos, é fácil conseguir algumas alterações de situação neste sector, em reduzidos lapsos de tempo. Assim sucedeu na Suécia, na Itália e na Turquia, entre outros países.

Só que qualquer pessoa com um mínimo de formação nestes domínios, sabe que o nó da questão está sim, principalmente, na confiança que o sistema e a conjuntura do país ofereçam. A economia só se apresenta recuperante, não é

por uma eventual melhoria de condições na balança de pagamentos, mas sim pela existência de condições propícias ao investimento e ao desenvolvimento deste, pela existência de condições propícias ao combate ao desemprego e efectiva resposta do mercado com criação de novos postos de

trabalho, pela existência de incentivos à produtividade e inequívoca melhoria desta em quantidade e qualidade, e pela nossa competitividade em mercados externos.

Estas condições não foram criadas em Portugal, o Presidente da República não contribuiu para que elas fossem criadas, o Presidente da República não pode apresentar a situação económica do país como satisfatória ou favorável.

E é incrível que num momento em que as grandes potências económicas mundiais, sejam as democracias ocidentais, sejam as ditaduras de partidos comunistas e capitalismo de Estado, encaram esta situação com a década dos anos oventa, entre outras razões devido às pressões inflacionistas e aos problemas com matérias-primas essenciais, é incrível que seja o Chefe de Estado de um país que foi impunemente degradado e que é dos que atravessa maior crise na Europa, a vir apresentar um quadro surrealista de boas perspectivas económicas.

Ao que este país chegou! Ou outro comentário se aduz. O futuro do país, encarado numa perspectiva patriótica, não é compatível com um certo afrontamento no seio do Estado, muito menos entre órgãos de soberania. Sá Carneiro compreendeu-o muito bem, daí a serenidade do seu discurso de posse, apesar também da firmeza democrática que procurou expressar. O espanto é que, em contrapartida, é o Presidente da República que faz transparecer o mal-estar de logo à partida com o Governo. Sem esquecermos que, além de Chefe de Estado, é também o presidente de outro órgão de soberania, impróprio de um país democrático, que é o denominado Conselho da Revolução.

Ramalho Eanes, enfim, fez o discurso do sistema. O sistema que é caracterizado ainda pela preponderância de uma forte componente militar de esquerda em simbiose com sectores marxistas. Ramalho Eanes foi o discurso deste incaracterístico sistema contra o discurso da sociedade civil democrática, em termos ocidentais, apresentado por Sá Carneiro. Ramalho Eanes mostrou querer sobreviver politicamente para além das próximas eleições presidenciais. Jogou esta cartada de afrontamento arriscado com uma coligação de partidos que já se comprometeram com o povo português em não recandidatá-lo. E jogou-a porque sabe que só a esquerda militar, o Partido Socialista e, veladamente, o Partido Comunista, é que podem sustentar a sua permanência no Poder. Daí o discurso do sistema. Daí a cobertura aos Governos anteriores, inclusive socialistas e marxista gramsciano de Lurdes Pintassilgo, esta um grotesco exercício do cargo de primeiro-ministro.

Parece que as forças políticas que se comprometeram a candidatar Ramalho Eanes, estão assim perante mais uma demonstração inequívoca que já é tempo de começar a lançar um futuro concorrente às eleições para Belém. Sempre defendi a opinião que o actual Ministério da Defesa, até porque neste momento sem competências com responsabilidades de melindre, seria o local ideal para começar a lançar junto da opinião pública um futuro candidato à Presidência da República, já que espero o bom senso de esse candidato não ser um Chefe de Estado-Maior do Exército extremamente solidário com Eanes, porque então em relação ao sistema tudo ficaria na mesma. Como um candidato hostilizado pelos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas, dificilmente personificaria a Unidade Nacional.

A Defesa foi entregue ao mesmo partido minoritário que detém os Negócios Estrangeiros e, assim, o partido maioritário da coligação governamental não detém nenhuma das duas pastas que permitem uma certa presença nos campos internacionalmente mais significativos. Daí que subs-

creva a posição dos Deputados sociais-democratas pela Madeira à Assembleia da República quando, no respectivo Grupo Parlamentar, colocaram a questão de, a haver um único porta-voz para a Aliança Democrática e não se tratar de um social-democrata, dadas as condições em que foram votados pelo povo madeirense não se sentirem assim representados.

Aliás, esta composição do Governo levantou uma questão que, a meu ver, não é questão. O problema de haver ou não militares no Executivo da República. Julgo que, em nome do mais elementar bom senso, não se justifica tal equacionamento. Numa democracia, as pessoas não podem ir desempenhar

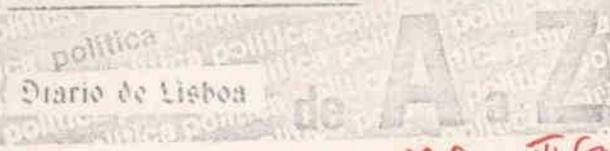
qualquer cargo num órgão de soberania, só porque são militares ou porque não são militares. As pessoas devem assumir os cargos em função da sua competência e representatividade, independentemente de serem civis, militares ou clérigos.

Apesar do discurso do sistema — e ser-se contra o sistema, como sou, não é ser contra o regime democrático, mas sim encontrar um sistema que, contrariamente a este, garanta estabilizadamente a sobrevivência do regime democrático — apesar do discurso do sistema, há um clima de esperança à volta do novo Executivo da República.

Mas este clima de esperança, para não ser frustrado, exige de facto uma mudança muito concreta e generalizada.

Substituir pessoas, sem que se concretizem mudanças legislativas de fundo e mudanças de métodos e de processos, é continuar tudo na mesma. E inclui nesta afirmação o problema das relações e reconhecimento de direitos das Regiões Autónomas.

Em Outubro próximo, as urnas decidirão de novo. Não se pode esquecer que, num curto prazo de nove meses, as eleições tornam a ganhar-se, agora fundamentalmente não só através da imagem global do Governo e do seu Primeiro-Ministro, mas especialmente também pelas mãos do ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro encarregado dos Assuntos Políticos, do ministro da Administração Interna, do ministro das Obras Públicas e do secretário de Estado da Comunicação Social. Consegui-lo-ão?



MLP vs U Gov.

O INTERLOCUTOR AUSENTE

O exercício de eloquência parlamentar que os ministros da «nova maioria» nos ofereceram, só muito relativamente era dedicado ao respeitável público em geral. Nós ouvimos o que diziam a um interlocutor ausente, mas cuja presença na vida nacional, as funções que exerce, os poderes legais (e reais) que detém, constitui sombra e pesadelo para os políticos eleitoralmente coligados e instalados na governação de Portugal.

Ouvimos, devassada a nossa intimidade pelo alheio discurso, quanto diziam uns aos outros, os do Governo aos da oposição, os das oposições aos do Governo, todos se referindo à Constituição da República (essa incomodidade para a AD), alguns se dirigindo, directa ou indirectamente, ao interlocutor ausente.

A relação entre os órgãos de soberania assume aspectos de uma gravidade que não deverá ser minimizada, e reveste-se de aspectos pitorescos, quiçá grosseiros. Ao dar posse ao VI Governo Constitucional, para gozo da opinião pública democrática mas forçando o que em tal cerimónia seria curial, o Presidente da República dirigiu aos governantes da «nova maioria», como quem lhes fazia uma exortação pedagógica, um altivo desafio democrático.

Só quem não assistiu, ou não foi informado, acerca do que se passou nos salões da Ajuda, não estará consciente do clima conflitual que se gerou. De então para cá as coisas agravaram-se. O «caso» Maria de Lurdes Pintasilgo atinge o carácter deplorável de uma desconsideração ao Presidente da República e o aspecto mesquinho de um vexame pessoal, de uma perseguição, a uma mulher que merece o respeito dos políticos e que conquistou largas e sinceras simpatias no País.

A campanha eleitoral das forças e personalidades coligadas na «Aliança Democrática» orientara-se para uma contestação dos poderes político-militares do Presidente da República e do Conselho da Revolução e para um ataque furioso ao Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo. A indelicadeza — basta esta palavra ambígua para qualificar a atitude — de suspender os decretos e despachos do anterior Governo, não poupando medidas honradas com a aprovação do Presidente da República ou que se sabia serem do seu agrado, atingiu a fronteira que separa a colaboração constitucional do desleque e da disputa entre órgãos de soberania. A representação de Portugal na Unesco foi posta em causa para vexar Maria de Lurdes Pintasilgo, para vexar o Presidente da República. Mais do que a orientação do seu trabalho na Unesco, muito além do seu terceiro-mundismo, o que se reprova a Maria de Lurdes Pintasilgo é ter sido a Primeiro-Ministro escolhida, designada e titular da confiança do general Ramalho Eanes.

A representação de Portugal na Unesco é utilizada para uma querela interna e de baixo nível ético, como é utilizado um problema internacional cuja gravidade não desejamos esbalar nem explorar, para provocar deslocções da correlação das forças políticas no plano interno e prestar um serviço aos grandes estrangeiros a quem se rende vassalagem. Aqui atingiram-se os limites do ridículo. No que a Maria de Lurdes

Pintasilgo se refere não houve receio de ferir as regras elementares da convivência cívica. O vertiz estalou. Os sentimentos recalçados libertaram-se para uma deselegante vinçança, precipitada e tinta de mediocridade.

A lição parlamentar do professor Freitas do Amaral não trouxe surpresas. Foi além do que se esperava? Talvez. Mas tudo se passou na linha de rumo que o CDS adoptou e que ultrapassa, pela direita, as posições de Francisco Sá Carneiro, Pinto Balsemão, e os restantes PSD que não sonham regressar ao PPD. Expliquemo-nos.

Continua a existir no PSD, a pensar politicamente e a manobrar, uma ala que, embora entenda tirar todo o partido possível da vitória eleitoral da «Aliança Democrática» e da constituição da «nova maioria de Governo», no íntimo deseja, explorando a tendência centrista que sucessivamente tem tido expressão no Partido Socialista (veja-se a aliança com o CDS; considere-se o anticomunismo profundo; não se esqueça a «unidade» da UGT), constituir um grande bloco do centro (a apresentar à opinião como de centro-esquerda), que marginalize a esquerda (mesmo a esquerda do PS) e a direita (à direita do PSD), força que se apresente respeitável a uma Europa democrática e que seja capaz de disputar vitoriosamente a eleição presidencial.

Para esta ala do PSD, e talvez para o próprio dr. Francisco Sá Carneiro, o discurso do professor Diogo Freitas do Amaral tem acentos desagradáveis, desenvolvimentos lógicos e lógicos pouco ponderados, contém ameaças escusadas, um apesporrência inútil, denúncia inexperiência (o que se perdoa) e ingenuidade (o que se lamenta).

No fundo e na forma, uma tal oração — descontadas que sejam as setas arremessadas ao interlocutor ausente —, dá mostras de uma tendência pouco diplomática, nada serena e vagamente irresponsável, para explorar no plano interno os problemas internacionais, não tendo em conta que de lá fora acompanham o que se diz em São Bento e anotam o que um ministro dos Negócios Estrangeiros se permite contestar relativamente à actuação pessoal do Chefe do Estado ou às iniciativas que apoiou.

O general Ramalho Eanes em relação aos Países Africanos de Expressão Portuguesa, aos Países Socialistas, à Palestina e outras questões árabes e mediterrânicas, ao Movimento dos Países Não-Alinhados, teve atitudes, apoiou iniciativas, proferiu palavras em nome de Portugal.

A crítica, ou a rectificação, deveriam ser regularmente encaminhadas — se esse fosse o caso —, e não objecto polémico, despropositadamente explorado a pretexto de apresentação da política internacional que a «nova maioria» pretende realizar.

A atitude do professor Diogo Freitas do Amaral foi inteliz e incorrecta. Não prestigia Portugal, não prestigia a «nova maioria».

Quis o homem político de concentrado e severo aspecto exhibir-se em S. Bento como um contestatário intemerato. Foi o Presidente da República o alvo que elegeu para os golpes certos e para os golpes cegos do seu montante de cruzado da Europa Unida (que é dela?) e do Ocidente farol de civilização.

Velhas ideias. Regressos de curta inspiração e triste mimetismo que nada adiantam. Nem quanto à marcha para a Europa (onde sempre estivemos), nem quanto ao prestígio das «alternativas de poder» no quadro constitucional.

Se a «nova maioria» se reconhece neste conflito procurado com o Presidente da República, há razões para preocupação quanto à razão profunda de um tão insensato procedimento.

Para onde vamos? Que pretende a «Aliança Democrática»?



Editorial

(...)

Sabemos das preocupações que assaltam muitos dirigentes políticos da Aliança Democrática devido à falta de unidade que se verifica ainda no seio daquela coligação. E, entretanto, o tempo urge. As eleições de Outubro aproximam-se e com elas as eleições para a presidência da República.

O PSD, o CDS, o PPM ou os Reformadores não podem ter a velocidade de quererem concorrer isolados às eleições de Outubro próximo. Até lá nenhum deles terá tempo para se autodirigir, para se transformar num partido com capacidade para vencer as eleições. Sendo seguro que nenhum dos partidos da AD apresentará Ramalho Eanes ao sufrágio há que escolher outro candidato. Será civil ou militar? A Nação desejará um civil, tal como nós próprios. Mas a apresentação de um candidato civil por parte da AD desencadeará inevitavelmente o mecanismo que levará o dr. Mário Soares a candidatar-se também pela esquerda. E não se sabe quem estará em condições de disputar com êxito o lugar a um político de grande craveira e de grande carisma e apoio popular como é o dr. Mário Soares. Talvez só o dr. Sá Carneiro pudesse opor-se-lhe com sucesso. Mas estará o actual chefe do Governo disposto a travar tão prematuramente uma tal batalha?

Parece, assim, concluir-se, que mais uma vez os portugueses vão ter que eleger para a presidência da República um militar. Falta apenas que esse militar tenha a capacidade de obter o consenso das Forças Armadas, e terá que apresentar-se como indiscutível perante o afastamento de Ramalho Eanes. O actual ministro da Defesa, eng. Amaro da Costa, terá aqui um papel importantíssimo a desempenhar, o qual será o de observar os militares com vista a poder aconselhar a escolha da Aliança. Efectivamente, pensa-se que, se a Aliança apresentar como seu candidato um militar de grande prestígio, o dr. Mário Soares aguardará outra oportunidade para chegar a Belém.

É claro que, em tudo isto, há que contar com o factor decisivo que é a norma constitucional. Esse documento desqualificado cria em Portugal um sistema sem futuro, caduco e irresponsável; o semi-presidencialismo que é uma fonte de conflitos potenciais capazes de destruir a democracia.

A Constituição portuguesa, na sua próxima revisão, terá que escolher entre regime presidencial como o francês ou regime parlamentar como o alemão, evitando-se portanto a duplicação desgastante de duas eleições por meio de sufrágio directo.

(...)

ALBERTO JOÃO JARDIM

VERBERA COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

O Governo Regional da Madeira acusou ontem a Comissão Nacional de Eleições (CNE) de «perseguição política e intimidação sobre pessoas e imprensa não afectas ao sector marxistas», afirmando-se disposto a «responder com firmeza» às acções desencadeadas pela CNE com base em eventuais actos ilícitos durante as recentes campanhas eleitorais.

Segundo o Governo Regional, foram visados pela CNE na região da Madeira, o seu próprio presidente, Alberto João Jardim, assim como jornalistas e meios de comunicação social.

O Executivo madeirense, caso a CNE «não repare o seu compartamento», irá também «proceder da mesma forma» contra a intervenção televisiva de Lurdes Pintasilgo, realizada nas vésperas do acto eleitoral de 2 de Dezembro.



O DIA 22 JANEIRO 1960

Governo da Madeira acusa

Delegados da CNE actuaram inconstitucionalmente na região

O Governo Regional da Madeira acusou a Comissão Nacional de Eleições (CNE) de «perseguição política e intimidação sobre pessoas e imprensa não afectas» ao «sector marxista».

Em comunicado divulgado no final da sua reunião semanal, o Executivo madeirense afirma-se disposto a «responder com firmeza» às acções desencadeadas pela CNE com base em eventuais actos ilícitos, verificados durante as recentes campanhas eleitorais. Segundo o Governo Regional, foram visados pela CNE, na região da Madeira, Alberto João Jardim, jornalistas e meios da comunicação social.

O Executivo madeirense decidiu, também, «proceder da mesma forma» contra a intervenção televisiva do então primeiro-ministro, Lurdes Pintasilgo, nas vésperas do acto eleitoral de 2 de Dezembro. O Gabinete da Madeira dispõe-se, contudo, a rever a sua posição, caso a CNE «repare o seu compartamento para com o presidente do Governo» e manifesta «uma solidariedade total» a todos que são vítimas do que qualifica de «manobras de perseguição política impróprias de um país democrático e civilizado».

O comunicado assinala que os delegados da CNE «actuaram inconstitucionalmente» na região da Madeira, uma vez que a sua designação teria sido concretizada sem a prévia audição dos órgãos do Governo Regional, portanto como imposição do poder central de então.

Fundação Cuidar o Futuro

Há, entretanto, que reconhecer que não é líquida a situação política no quadro governamental. A Aliança Democrática não está isenta de problemas no seu interior, embora menos visíveis. Nos últimos dias foram notórias as movimentações de ordem partidária entre moderados e radicais, movimentações que se verificaram em todos os partidos democráticos, à excepção do PPM, que mantém uma situação inalterável. No PS debatem-se as linhas de Manuel Alegre e de Constâncio e Guterres («históricos» contra tecnocratas); no CDS o dr. Lucas Pires chegou a ser proposto para o cargo de presidente da comissão política para substituir o prof. Freitas do Amaral enquanto este estivesse no Governo o que levantou protestos dos amigos do vice-primeiro-ministro; no PSD o grupo parlamentar elegeu Pedro Roseta para seu «leader», quando se esperava que este cargo fosse ocupado pelo dr. Carlos Macedo incondicional do dr. Sá Carneiro.

Estão, assim, detectadas, a tempo, as clivagens existentes no interior dos partidos que compõem a coligação centrista que venceu as últimas eleições. Faltava agora verificar se essas clivagens são profundas ou superficiais. Estamos em crer que serão superficiais porque não ocorre pensar que algum dos partidos da Aliança queira destruir o que teve o suporte da maioria do eleitorado e constitui a grande esperança de milhões de portugueses. No essencial, ao que se crê, a Aliança Democrática está unida e isso mesmo vai ser comprovado quando se proceder dentro de horas a votações quer da moção de rejeição, quer da moção de confiança proposta pelo Governo.

No entanto há que considerar ser um facto estar a AD a atrair-se no programa da sua institucionalização. A Aliança Democrática é uma força coordenada e coesa ou uma soma de três partidos? A Aliança Democrática constituiu-se apenas para vencer as eleições, ou vai funcionar ao nível do parlamento, das autarquias locais, dos conselhos de informação e de muitos outros aspectos institucionais da nossa vida política? Pode mesmo perguntar-se já se os conselhos de informação serão necessários num parlamento maioritário. Estes foram aprovados quando o Partido Socialista dispunha de um Governo minoritário pelo que era necessário prever a vigilância sobre a informação do Estado. Mas para quê ter agora conselhos de informação se estes não-de ser constituídos maioritariamente pela Aliança Democrática?

Nem o Governo nem a maioria apresentarão qualquer projecto de Serviço de Informação da República

— Rui Oliveira, em entrevista a A TRIBUNA

Rui Oliveira, secretário-geral do CDS, garantiu à reportagem de A TRIBUNA, em Coimbra, que não é próprio do Governo nem da maioria parlamentar da AD apresentar à Assembleia da República qualquer projecto de Serviço de Informação da República (SIR). Aquele dirigente partidário falava para o nosso jornal durante um dos intervalos dos trabalhos da Comissão Coordenadora Regional do CDS, que se realizou no passado fim de semana em Coimbra com a presença de secretários nacionais, elementos das comissões distritais de todo o País e dos organismos autónomos.

«O SIR é da competência do Estado-Maior-General das Forças Armadas e tem estado cometido a essa área e à presidência da República» — concretizou Rui Oliveira, desmistificando, assim, certas insinuações que foram feitas no Parlamento, pela oposição, durante a discussão do Programa do VI Governo Constitucional.

Ainda a propósito, disse-nos que «o ministro da Defesa tem uma área de actuação muito restrita. Funciona, de certo modo, como ministro administrativo dentro das Forças Armadas e em relação a certas áreas muito específicas próximas delas, nomeadamente a Defesa Civil do Território». E não acredita, em consequência — frisou —, que haja qualquer interesse por parte do Governo ou da maioria em avançar numa área que neste momento lhe não está cometida». Acrescentou:

«Quer o ministro da Defesa quer os outros componentes do Governo têm preocupações muito maiores do que estar a criar um Serviço de Informação da República.

Considerou-o, no entanto, muito importante: «Todos os países do Ocidente e do Oriente têm o seu serviço de informações. O Estado tem de estar informado, sem que seja com uma intenção repressiva. Tem de estar esmiuçado numa informação que não se passa a nível geral da Nação e até em relação a todos os movimentos extrínsecos que ponham em causa a sobrevivência nacional».

Presidente do CDS e vices não serão substituídos

Para além da apreciação do plano do partido para 1980, a Comissão Coordenadora Regional, reunida em Coimbra, debruçou-se sobre a reestruturação da máquina partidária, a nível de cúpulas, devido a vários dos seus dirigentes terem assumido funções governamentais que poderão continuar a desempenhar para além das próximas eleições.

A propósito, Rui Oliveira disse-nos que essa recomposição é absolutamente necessária porque aqueles membros da di-

Fundação Cuidar o Futuro



Jorge Miranda prepara revisão constitucional e ataca lei do referendo

Encontra-se bastante adiantada a preparação do «estudo técnico» de revisão constitucional que o prof. Jorge Miranda tem vindo a elaborar, como contributo pessoal para os trabalhos de revisão, que terão início no próximo mês de Outubro.

Embora seja intenção do autor não divulgar, por agora, os aspectos essenciais do seu trabalho, pudemos, no entanto, apurar que o mesmo prevê a redução do número de artigos da Lei Fundamental (actualmente com 312) para uma média calculada entre 250 a 300. Aliás, Jorge Miranda entende que o número de artigos não é significativo. E ilustra a sua tese com o exemplo da Constituição espanhola, que tendo menos artigos do que a portuguesa é, no entanto, maior, dado que alguns deles são significativamente extensos.

De uma maneira geral o novo projecto (que mantém o sistema de Hondt como método de apuramento dos resultados eleitorais) caracteriza-se pelas seguintes alterações de carácter eminentemente político: elimina formulações marcadamente ideológicas, em particular nos 11 primeiros artigos, abolindo, por exemplo, a consagração da «sociedade sem classes» expressa no art.º 1.º Reforça o sistema de Governo parlamentar, no sentido de um parlamentarismo racionalizado, ou mitigado, que faça do Parlamento o centro das decisões políticas sem criar instabilidade governamental, um pouco como o sistema alemão. Este preceito visa respeitar a dignidade

dos partidos em detrimento do sistema semipresidencial que não tem provado, como aliás o próprio previu em 1976 na Assembleia Constituinte.

O trabalho, que poderá ser publicado nos próximos meses, prevê, naturalmente, a extinção do Conselho da Revolução, criando, em sua substituição, um Conselho da República (com representação dos Açores e da Madeira) e de um Tribunal Constitucional. E consagra, também, a possibilidade de grupos de cidadãos, e não só partidos, apresentarem candidaturas em todas as eleições.

Nos títulos não eminentemente políticos prevê-se um maior enlace entre as garantias de direito e processo penal e os tribunais judiciais, e a expressa consagração do princípio de respeito dos direitos do homem como princípio de direito internacional por que Portugal se rege. Consagra o direito de criação de escolas particulares e cooperativas e do direito das associações de pais de participação na política do ensino. Clarifica o princípio da economia pluralista, com garantias positivas do sector privado, e direito de cogestão nas empresas do sector público e prevê a inserção das autonomias regionais dos Açores e da Madeira no sistema financeiro e fiscal, com possibilidade de criarem

impostos (mas não de terem moeda própria). Consagra, também, a substituição do título das Forças Armadas por um título sobre Defesa Nacional, e prevê a fiscalização preventiva da constitucionalidade. Finalmente, admite em certos casos, o referendo constitucional.

A questão do referendo, constitucional ou de outra natureza, tem sido, porventura, um dos temas mais sensíveis dos últimos meses, e a aproximação das metas da revisão constitucional poderão vir a transformá-lo num dos mais polémicos do grande debate nacional sobre a matéria.

A inclusão, no programa de Governo hoje votado na Assembleia, do projecto de elaboração de uma lei-quadro do referendo, é passível de ter acelerado o debate nacional. De uma maneira geral o Parlamento (e os partidos, naturalmente) está dividido quanto a esta matéria, sendo habitual a defesa do mesmo por parte dos dirigentes da Maioria, argumentando que o mesmo não será aplicado antes das próximas eleições. Ao mesmo tempo, os líderes da Oposição têm-se multiplicado em cerrados ataques a este projecto por considerarem que se trata de um instrumento de subversão institucional.

Nesse sentido, aproveitámos a oportunidade para perguntar ao prof. Jorge Miranda a sua opinião sobre o assunto. Este colocou-se inequivocamente ao lado dos que consideram o referendo inconstitucional «por

permitir que o eleitorado funcione como órgão legislativo, o que é manifestamente contrário ao espírito e à letra da Constituição».

Quando recordámos ao prof. Jorge Miranda que a Constituição é omissa nesta questão este afirmou-nos que o princípio de que em Democracia o que não é proibido, é permitido só se aplica aos particulares. O Poder Público num Estado de Direito, tem de respeitar a Constituição enquanto esta existir e nomeadamente os limites para a sua própria revisão, acrescentou.

Além disso afirmou desconhecer quem, através da nova lei, poderá vir a desencadear o referendo. E quando lhe afirmamos que os dirigentes da Aliança Democrática só o aplicarão porventura depois das próximas eleições, perguntou-se sobre a oportunidade de abrir um debate, polémico como este, a nove meses de distância da nova Assembleia, com poderes constituintes. Afirmou-nos finalmente, que a aprovação da lei pelo Parlamento poderá levantar alguns problemas jurídico-constitucionais desnecessários, na medida em que não se afigura provável que o Conselho da Revolução, mediante parecer da Comissão Constitucional, permita a sua promulgação. Este ponto de vista significará, porventura, que os membros da Comissão Constitucional participam, na sua maioria, da opinião de que o referendo, quaisquer que seja o seu objectivo, é inconstitucional.

Fundação Cuidar do Futuro

Em nome da lei

Governo viola estatuto da EPNC

Na sua próxima reunião, o Conselho de Ministros deve concretizar a demissão do presidente do Conselho de Gerência da Empresa Pública Notícias e Capital (EPNC), dr. Daniel Amaral, o qual, aliás, já havia pedido há alguns dias a sua demissão, quando da decisão que reintegrou em funções os quatro elementos demitidos no princípio de Dezembro: Macedo e Cunha, Cristóvão Moreira, Figueira Amaro e Caissoi Rosa. Neste momento, o Conselho de Gerência é constituído por oito elementos (além dos indicados, também fazem parte do CG Helder Oliveira, que está igualmente demissionário, Eusébio Jorge e Feliciano Neves), o que viola claramente o artigo 44.º dos Estatutos da EPNC, que estipula que «o Conselho de Gerência é constituído por 1 presidente, 1 vice-presidente, e de 2 a 5 vogais, nomeados pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro da Comunicação Social, ouvidos os trabalhadores da empresa».

A decisão do VI Governo de reintegrar os quatro gestores demitidos baseou-se na pretensa ilegalidade da sua demissão. De qualquer forma, o argumento legalista do actual Executivo não parece ser convincente, visto que veio violar, ainda que transitivamente, o referido artigo 3.º dos Estatutos da EPNC.

Neste momento, vive-se na empresa um ambiente de consternação generalizada, em virtude ao afastamento do dr. Daniel Amaral (este recebeu apoios, entre outros, dos delegados sindicais do «Diário de Notícias», da comissão de trabalhadores e do Conselho de Redacção de «A Capital»), cuja gestão foi considerada como a mais capaz dos últimos anos). Por outro lado, os trabalhadores consideram que a incapacidade demonstrada pela equipa Macedo e Cunha-Cristóvão Moreira-Caissoi Rosa-Figueira Amaro poderá comprometer a sobrevivência da empresa e a sua viabilidade económica.

Quinta-feira, 17 de Janeiro de 1980 / Portugal/HOJE



Qualquer lei de referendo será inconstitucional

Causou grande surpresa em diversos sectores, inclusive em meios políticos muito moderados e considerados próximos da AD, a defesa, no programa de Governo, da aprovação de uma lei-quadro do referendo, por isso ser inconstitucional, segundo os especialistas da matéria. Também a suspensão dos actos administrativos constitutivos de direito do anterior Governo, da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, anunciada pelo Governo de Sá Carneiro, é considerada ilegal e por isso constitui, igualmente, surpresa nos mesmos meios, tanto mais que o Executivo tem como seu vice-presidente um especialista de Direito Administrativo. Até Marcelo Caetano, com quem Freitas do Amaral colaborou, na Faculdade e na elaboração do seu Manual da especialidade, considerou tal matéria ilegal.

A questão do referendo desde há muito que é debatida, e as opiniões dos juristas são conceituadas na matéria são unânimes em o considerarem inconstitucional. De resto, a nossa Lei Fundamental é muito explícita, pois no seu art.º 3.º escreve-se que «a soberania, una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição». Ora, na Constituição, não se prevê de nenhum modo ou em nenhum sítio o referendo como uma dessas formas.

Não se trata pois, e apenas, de não se poder alterar a actual Constituição através de referendo, como de não ser possível, até uma eventual futura revisão constitucional que o possibilite, organizar referendos para fazer consultas ao povo sobre qualquer tema específico. Quer dizer: o referendo, quer constitucional, quer ordinário, é inconstitucional. Além do mais, o próprio Presidente da República já declarou, em discurso, não o admitir.

A proibição de qualquer referendo, face à nossa Lei Fundamental, também não é sustentada só de agora, mas desde sempre, como se disse, pelos mais destacados especialistas da matéria, que ao mesmo tempo foram dos deputados que tecnicamente mais contribuíram e participaram na elaboração da Constituição. Assim, o prof. Jorge Miranda, da Faculdade de Direito de Lisboa, deputado do PPD à Constituinte e actualmente membro da Comissão Constitucional, na sua tese de doutoramento expressamente o diz: «... a Constituição de 1976 não manteve o referendo a nível nacional, por as condições não serem favoráveis: o referendo, em si, instituto altamente democrático, exige, para funcionar sem perigo, uma situação de institucionalização e consolidação da democracia representativa que existe, decerto, na Suíça, mas não ainda em Portugal, (pág. 397).

Um argumento inadmissível

Também J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, da Faculdade de Direito de Coimbra, na sua Constituição anotada (edição de 1978) escrevem que «a Constituição, enquanto legitimou a eleição e a representação política como meios privilegiados de expressão e de participação no exercício do poder (cfr. art.º 116.º) relegou para os campos da ilegitimidade constitucional a política directa ou indirecta, a expressão política como sejam o referendo e o plebiscito» (pág. 14/15).

E noutro ponto sublinham os autores a propósito do citado art.º 3.º: «A soberania é exercida segundo as formas previstas na Constituição. Trata-se de uma expressa afirmação do princípio da tipicidade constitucional dos órgãos de soberania e do poder político em geral, bem como das formas de designação dos titulares desses órgãos e das formas de decisão dos titulares desses órgãos e das formas de decisão política. Nesses termos, por exemplo, o referendo está excluído como forma de decisão política».

A questão da anulação de actos do Governo Pintasilgo

Por outro lado, também não causou menor surpresa a «justificação» que o primeiro-ministro Sá Carneiro deu para o Governo ir apresentar uma lei-quadro do referendo com base numa (suposta) regra «segundo a qual aquilo que não é proibido é implicitamente consentido».

Ora, e como acentuava a «O Jornal» o prof. Jorge Miranda, este princípio existe, sim, mas quanto aos particulares em relação ao Estado ou ao Poder; nunca é legítimo ser o Poder a invocar tal princípio para fazer tudo o que expressamente não lhe seja vedado. Tal princípio, aliás, em relação ao Estado, pode levar ao totalitarismo.

De resto, naquela sua citada tese de doutoramento, já aquele constitucionalista deixava por terra a base em que pretende assentar tal defesa da admissibilidade do referendo no nosso ordenamento jurídico — e que no futuro pode levar a outras possíveis e insuspeitadas consequências.

Assim, escreve textualmente Jorge Miranda naquele citado trabalho: «... não se diga que o referendo é possível, porque nenhum artigo o proíbe. Não é possível, em caso algum, não só por o povo ter de exercer a soberania ou o poder nas formas e segundo os termos previstos na Constituição (arts. 3.º, n.º 1 e 111.º), e aí não aparecer o referendo, como também por faltar preceito a conferir competência para promover ou desencadear o processo de referendo a qualquer órgão; ora, o referendo pressupõe uma iniciativa e, por outro lado, os órgãos do Estado apenas possuem a competência que a Constituição lhes atribui. Nem se diga ainda que o referendo pertence ao direito na-

tural e, porque anterior à Constituição, pode servir para a alterar. Pelo contrário, o referendo é bem um instituto de direito positivo onde quer que exista.»

Despachos ilegais

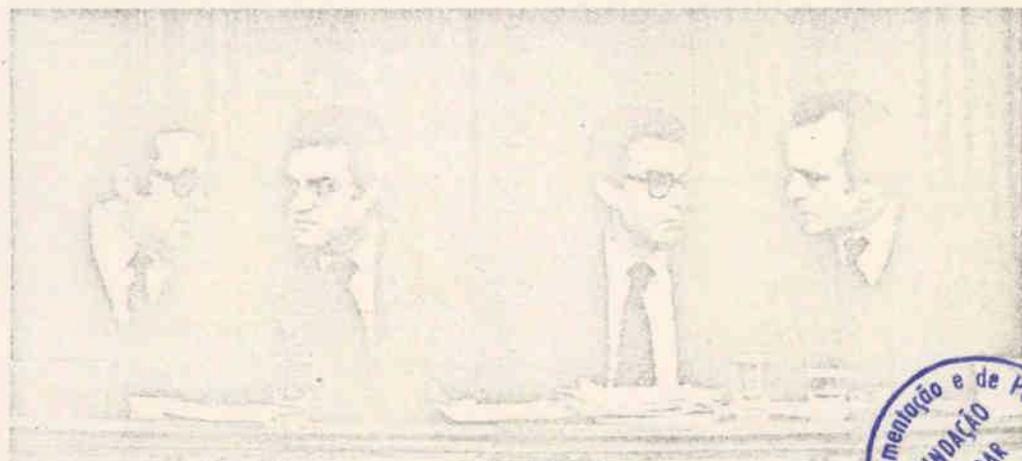
Quanto à suspensão de actos administrativos constitutivos de direito, decidida pelo VI Governo Constitucional, é também ilegal e constitui, segundo fontes contactadas por «O Jornal» um abuso de poder, o que possibilitará aos atingidos obter junto do Supremo Tribunal Administrativo a anulação da suspensão.

Com efeito, sabe-se que ministros do actual Governo elaboraram diversos despachos, nos termos dos quais ficam suspensos actos administrativos constitutivos de direito, praticados pelo Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo, após 3 de Dezembro.

Os fundamentos de tais despachos residem, somente, na alegada falta de legitimidade do anterior Governo para tomar decisões políticas e administrativas de fundo após as eleições de 2 de Dezembro. E assim, por exemplo, foram suspensas todas as concessões de subsídios bem como as nomeações e promoções efectuadas na Secretaria de Estado da Cultura após aquela data.

Ora estes actos são constitutivos de direito e foram praticados no uso de poderes discricionários pelo que a sua suspensão (ou revogação) só seria possível no caso de serem ilegais e nunca com base em critérios de oportunidade política.

Esta é, de resto, uma posição geralmente aceite pelos administrativistas; entre os quais se contam como se disse, o prof. Marcelo Caetano e o actual vice-primeiro ministro prof. Freitas do Amaral.



Assuro da Costa e Freitas do Amaral, Sá Carneiro e Belmonte. Os dois binómios de emulação.





Da revisão constitucional ao "compromisso impossível"

19 - JANEIRO - 1980
IMPRESSO

I — NA PRUDENTE abordagem que fez do tema durante a apresentação do programa do Governo, o Primeiro-Ministro não explicitou exactamente as inter-relações que a utilização do referendo pode vir a ter com a revisão constitucional.

Talvez seja portanto útil resumir as hipóteses previsíveis que a este respeito se poderão vir a colocar, entrelaçando as posições de fundo quanto à revisão constitucional com as técnicas a adoptar eventualmente.

a) Uma primeira linha separa aqueles que entendem que em qualquer revisão a Constituição deve ser mantida nas suas grandes linhas, sujeita a melhorias técnicas, mas respeitando-se o espírito, e naturalmente a letra do artigo 290. Esta posição não é inédita entre nós: foi a defendida pelo Governo de então e pela maioria da Câmara Corporativa então existente perante o projecto de alteração da Constituição apresentado em 1971 por Francisco Sá Carneiro e outros deputados da chamada ala liberal. É hoje em grandes linhas a posição defendida pelas correntes que se situam do partido socialista para a esquerda. Esta posição tem como fundamento doutrinal — para além das conveniências políticas — a diferença de natureza entre o poder constituinte originário e derivado, e o desejo de perpetuar um determinado sistema vigente, então como agora.

b) Outra posição assenta na ideia de que, residindo a soberania no povo, o próprio fundamento do Estado de Direito consiste na capacidade

André Gonçalves Pereira * analisa o que considera serem as condições da Constituição

de alteração das regras. Ou seja, é devida a obediência à Constituição e às Leis porque elas não são uma imposição ad aeternum mas a composição de conflitos sociais num determinado momento, susceptível de respostas diversas em momentos diferentes. Claro que há a salvaguardar que a revisão seja uma expressão genuína da vontade popular, o que pode fazer-se entre outras vias pelo referendo.

A chamada tese da "dupla revisão" popularizada por Jorge Miranda e adoptada no seu projecto publicado em 1979 por Francisco Sá Carneiro é uma tentativa de conciliação técnica entre as duas posições, respeitando a letra do artigo 290 que contém os limites materiais da revisão constitucional, embora, em meu entender, fazendo violência ao seu espírito: Com razão escrevia a este respeito Joaquim Gomes Canotilho que a ideia da dupla revisão lembrava o episódio de um filme de Chaplin em que um indivíduo, ao ver à porta de um terreno um cartaz que proíbe a entrada, começa por remover o cartaz e entra tranquilamente no terreno.

Mas, em matéria de imagens, a posição contrária, a da intangibilidade substancial do

texto constitucional, também me recorda um cartaz colocado no sopé de uma montanha afirmando que são proibidas as avalanchas ou despenhamentos de rochedos.

2. A minha opinião pessoal radica no entender que a Constituição de 1976 contém um compromisso impossível, por contradição interna, entre as regras que marcam, logo desde os artigos 1.º e 2.º, a meta da transição para o socialismo, as garantias dadas quanto aos direitos individuais e à independência dos órgãos de soberania. Essa contradição atinge a meu ver o ponto mais alto no próprio artigo 290, pois interpretado à letra, ele veda, pelas alíneas d), h) e i) entre outras, a transição para o socialismo. A verdade é que em nenhuma das Constituições dos países do Leste europeu em que se procurou organizar a transição para o socialismo se encontram limites materiais de revisão constitucional, pois haverá pelo contrário que alterar substancialmente as regras características do período de transição para permitir o estabelecimento da sociedade socialista.

Penso assim que a contradição interna contida no

texto constitucional português vigente é insanável, pois apresentou a cristalização de um momento de equilíbrio político entre dois projectos de sociedade, conseguindo cada um deles apenas garantir que não fosse eliminado, mas simultaneamente impedindo a realização plena de qualquer dos dois, a que chamaremos por comodidade o projecto liberal-ocidental e o projecto socialista.

Em consequência desta contradição tem vindo desde já, e a tendência será crescente, a desenvolver-se o costume constitucional contra legem, o que há que reconhecer ser uma forma de reacção da vida social contra a ambiguidade da lei, mas reacção não controlada, dependente da prática dos órgãos de soberania em que, não intervindo o povo, consiste, no fundo, a forma menos democrática de revisão constitucional.

Ora a Sociedade não pode viver sob uma disciplina em si mesmo contraditória, havendo como parece ser opinião em todos os sectores, que escolher o projecto de sociedade a definir através da revisão constitucional. Haverá sem dúvida que salvaguardar o carácter genuíno dessa escolha. Uma dessas salvaguardas consiste no próprio facto de a Assembleia da República a eleger este ano ter como mandato porventura principal a tarefa de revisão, pelo que este tema não deixará de ser focado na campanha eleitoral permitindo ao povo uma primeira decisão por um ou outro projecto. Mas não basta

esta garantia, pois em meu entender é inevitável a ultrapassagem do artigo 290 se for o projecto mais amplamente reformador que vier a receber consagração eleitoral. Penso assim que a aprovação posterior por referendo do texto proposto consagrará a referida ultrapassagem através da sanção popular. Facilmente se compreende que tal sanção popular poderá também eventualmente cobrir a falta da maioria de dois terços actualmente exigida para a revisão constitucional — pois será o confronto entre a vontade de um "terço bloqueador" e a soberania nacional.

Tudo ideias muito simples como se vê, e preliminares. Bonapartismo, dir-se-á, golpe de Estado constitucional, violação da Constituição! Só haverá que lembrar que a sibilina expressão "golpe de Estado constitucional" foi inventada pelo dr. Oliveira Salazar, para exorcizar uma possibilidade que lhe desagradava — a de não coincidir a opinião nacional com a sua própria; e quanto ao último ponto que a revisão da Constituição francesa de 1962, tão contestada na época por se ter apoiado mais na expressão referendária do que no mecanismo parlamentar, foi afinal o elemento que deu solidez à 5.ª República francesa — e não é já hoje contestado por nenhuma força política de um espectro partidário que pela sua complexidade lembra o português.

* Professor da Faculdade de Direito de Lisboa

VITOR ALVES está mais uma vez a jornada de «discreto» pelo mundo, a fim de preparar o chamado «Congresso das Comunidades», com o qual o poder castrense quis recuperar uma iniciativa antiga, embora exaltando-a como inédita. Agora, entre a contestação, foi quase «incógnita» à Holanda, onde se encontrou com os di-

rigentes da associações de emigrantes, para tratar da sua representação nos festejos que se organizam para Junho. Há pouco, também sem notícia, nem declarações à partida ou no regresso, estivera nos EUA, sendo essa digressão assinalada por algumas desventuras: uma passagem tão discreta como a

sua própria pessoa e um encontro, com muitas amarguras pelo meio, com um numeroso núcleo de 35 portugueses. Enão faltou a possível existência de uma bomba, cuja ameaça levou a que a sala fosse evacuada em ambiente de pânico. Não passara, porém, de brincadeira de mau gosto — ou «represália» da reacção.

VASCO LOURENÇO, que recuperou quase todo o arsenal de verbalismo de outro Vasco, está mais uma vez muito indignado com a imprensa democrática e independente. Motivo que o levou a sair a terreiro, com argumentação e expressões à altura de um espírito superior e de uma formação sólida: a publicação de uma foto com quatro anos,

em que o garboso e valente militar aparece. Intrigas, eis como isso foi classificado por quem, na circunstância, se fez porta-voz do general esquecido. Este ditou uma sentença que muito enriquece a preciosa antologia do guerreiro que promete continuar uma «cruzada» há muito bem definida. Exaltando desprezo por quem pratica a democracia

e a cultura e liberdade, opinou: «Os donos da referido pasquim e as forças que o sustentam têm razão ao considerarem-me seu adversário. Podem estar certos de que continuarei a lutar pelos ideais de Abril, portanto, contra os interesses defendidos por pasquins (...) Os cães ainda ladraram, agora com maior arrogância, mas a caravana ninguém a detém». Um destemido.



OTELE DE CARVALHO, que parece manter agora relações muito cordatas com o PS, ou pelo menos com um sector

deste partido, a ponto de poder iniciar a sua colaboração no órgão diário socialista, consoante anunciou um jornal insuspeito, vai até Paris expor o seu «pensamento» político perante auditórios que o chamado «estratega de Abril» acredita esperar ansiosamente o seu contributo para a discussão das ideias. Assim, vai falar numa

Universidade, num centro de cultura e noutros foruns sobre a evolução portuguesa no pós-25 de Abril e o projecto socialista que se tem proporeco a seguir. Também, encontros com dirigentes do PSF, especialmente Mitterand, o que pode indicar a existência de contactos privilegiados com a Internacional Socialista.

VASCO GONÇALVES, que não se resigna a ceitar o fim do «PREC», quebrou agora o silêncio a que se remetera e o tornou esquecido, até de admiradores. Com a dialéctica marxista bebida nos manuais para iniciados, de que deu testemunho para não mais se esquecer, o general meio ortodoxo, meio populista, prestou declarações a um jornal do terceiro

mundo, através das quais reviveu algumas linhas do sonho de ver o povo nas ruas e na defesa de uma revolução inexistente. Falou a um jornal boliviano, para sentenciar: «Não posso entender que os pobres soldados estejam disparando contra o seu povo indefeso». Não se referia aos tiros à porta do Ralis ou sobre os manifestan-

tes que pelos idos do «gonçalvismo» se revoltavam contra a tirania que se pretendia instalar, mas, sim, à recente tentativa de golpe na Bolívia. Mas sempre reconheceu: «Tenho as minhas dúvidas de que no Portugal de hoje possam fazer sair tanques para a rua para enfrentar o povo». Realmente, os tempos são outros.

VIATURAS — Afinal, parece que o Conselho da Revolução ainda irá ter um longo período de vida à sua frente. Realmente, a não ser assim, dificilmente se poderia compreender (e justificar) a recente aquisição de cerca de uma dezena de automóveis de turismo, de marcas «Fiat 131» e «Renault» e de variadas cores, que ficaram adstritos ao serviço dos senhores Conselheiros.

Seria apenas para consumir as verbas atribuídas para o ano de 79 e que o CR ainda não tinha conseguido esgotar? Talvez. Mas consta também que tal terá acontecido por insistência de vários bancos nacionalizados, interessados em reaver os automóveis que, durante o «Proc», ficaram ao serviço do MFA, como seria o caso de um potente «BMW» que costuma ser frequentemente visto em certas áreas características da velha (e da nova...) urbe lisboeta...

10 de Junho Dia de Portugal

Cm 17.1.80

capitulo, gostando até que me fosse dada uma razão lógica.

Porém, parece-me que seria muito melhor sublinhado o Dia de Portugal, se em vez dos estafados programas com que se tem comemorado essa efeméride, programas aliás feitos a papel químico sem o mínimo interesse, se levassem a efeito realizações ligadas, sim, às comunidades, mas de forma mais objectiva a tudo até de «reparações» pelo mal que lhe foi causado. Não vou mais longe e pergunto:

Aqueles 75 000 milhões, (não sei se nessa verba estão incluídos os gastos que o senhor tenente-coronel Vítor Alves e comitiva estão a fazer na sua «volta ao mundo») se fossem aplicados na melhoria de condições naquela vergonha nacional, que é a forma como vivem no Jamor os portugueses procedentes da ex-Provincia Portuguesa do Ultramar, não significaria uma melhor maneira de comemorar o Dia de Portugal?

Estou mesmo certo, se esta pergunta fosse feita aos emigrantes que viriam aqui no dia 10 de Junho, estariam todos de acordo, em que as verbas que fossem gastas na sua vinda, revertessem a favor dos mais desgraçados.

Esta festa nacional ficaria mais enriquecida e até, em consciência, seria melhor interpretada a todas as dimensões se na verdade houvesse um pouco de consciência pela necessidade de acabar de uma vez para sempre, com fachadas (falasse no «antigamente») e nos

compenetrássemos das realidades embora dolorosas, até para lhes encontrarmos soluções válidas.

Note-se que não tenho nenhuma má vontade contra o tenente-coronel Vítor Alves, mas não abduco de um princípio que sempre defendi (há mais de 40 anos): é que o lugar dos militares é nos quartéis, até porque a sua óptica é diferente em relação aos horizontes onde imperam os problemas dos civis, por vezes afectados pela teimosia da interferência dos que escolhem a vida militar e se querem «instalar» entre eles. Instalar da melhor maneira, evidentemente...

Aqui fica o pedido ao Governo, da revisão do «dossier» 10 de Junho e, já agora, que nas próximas comemorações da efeméride, fosse lembrada a atitude que o nosso Governo tenha por bem levar a efeito, urgentemente para terminar, de vez, com a situação dúbia em que querem colocar milhares de

portugueses que teimam em continuar nessa condição, porque portugueses nasceram e portugueses querem morrer, teimando também em crer que não é o «espírito» de qualquer revolução que lhe pode destruir esse direito.

Então, o próximo dia 10 de Junho seria mais significativamente e com mais alegria, festejado.

Ou não terei razão?

ANTÓNIO MARIA



Palavrinha que não consigo entender, talvez por falta de esclarecimento, porque é que o senhor tenente-coronel Vítor Alves, em vez de se limitar a exercer as suas funções no Conselho da Revolução, (já que ao que sei, não tem outras mais lógicas, que seriam por exemplo num Quartel) anda por esse mundo fora, a planear a forma de gastar os 75 000 contos que tem à disposição para o Dia de Portugal.

Para além de não ser razoável — a título nenhum — o esbanjar esta quantia astronómica, não vejo razão, também, para que seja um militar a exercer esta actividade. Certamente que a recente promoção deste e de outros oficiais, se fica a dever ao facto de se terem distinguido como militares e não pela actividade civil.

Confesso, como aliás já o fiz no princípio destas linhas, a minha ignorância nesse

Um capitão de Abril

15 de Janeiro de 1980

nas prisões da Força Aérea

Conforme noticiámos na nossa edição de ontem, deu entrada na prisão da Força Aérea, para cumprir uma pena de 15 dias de prisão disciplinar agravada, o capitão Santos Silva, um prestigiado oficial daquele ramo das Forças Armadas e do 25 de Abril.

A insólita punição surge na sequência de uma exposição dirigida ao chefe do Estado-Maior da Força Aérea, em que aquele oficial denunciava a ilegalidade da sua passagem compulsiva à reserva, após julgamento em Conselho Superior de Disciplina, sob a acusação de ter subscrito em Novembro de 1975 um chamado «Documento dos 18» (e não «Documento do Copcon» como por lapso referimos). Trata-se de uma acusação não provada e que constituiu exemplo flagrante do papel dos chamados «delitos de opinião» em toda a metodologia utilizada na Força Aérea para o afastamento dos militares de Abril.

Numerosos são os casos de militares daquele ramo das Forças Armadas levados a Conselho Superior de Disciplina sob pretextos que nem sequer constituem infracção disciplinar como tal definida no Regulamento de Disciplina Militar. No entanto, acusações desta natureza têm sido utilizadas para impor não uma qualquer sanção disciplinar mas as penas mais gravosas da carreira militar, tais como a reserva e a reforma compulsiva.

Entretanto encontram-se amnistiados por lei aprovada na Assembleia da República, e em devido tempo promulgada, as infracções de que são acusados os militares com processos em Conselho Superior de Disciplina. Até ao momento a lei não foi cumprida pela hierarquia militar e neste caso pelo chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

Ou estamos perante um caso inaceitável de não cumprimento da lei ou então há que provar juridicamente se algum cidadão, chefe militar ou não se pode sobrepor às leis e deixar de as cumprir... sem correr o risco de vir a ser sujeito também a apreensão do CSD.

Em relação ainda ao que noticiámos sobre a prisão do capitão Santos Silva rectifica-se que a prisão da Força Aérea, situada no complexo da Força Aérea no Lumiar, que integra entre outros departamentos um hospital, nada tem a ver com este. Pelo contrário, trata-se de uma prisão destinada a praças, a funcionar neste caso como casa de reclusão, sem as condições a que, estatutariamente, os oficiais têm direito.

Cm 17.1.80

Força Aérea: «Caso Santos Silva é tentativa desestabilizadora»

«Uma viagem ao interior da Força Aérea demonstra categoricamente que o tiro saiu pela culatra» — declarou ao «Correio da Manhã» um oficial superior da Força Aérea, comentando o empolamento dado por certa imprensa à prisão do capitão Santos Silva.

«Essa campanha, devidamente orquestrada por forças políticas que se arvoram de esquerda, visa muito mais alto do que essa pseudo-imolação de um mártir da Revolução de Abril» — sublinhou.

«Por enquanto a fogo lento, esta nova tentativa de desestabilização das Forças Armadas e, no caso, de uma Arma que procurou e conseguiu re-enquadrar e enfileirar-se nos parâmetros fundamentais do respeito à disciplina e às hierarquias — comentou — só veio afinal trazer novas razões para uma maior união, a todos os níveis, no seio da Força Aérea.»

Aquele militar recordou que «todo este empolamento de uma situação perfeitamente definida pela legislação militar» (aliás revista após o 25 de Abril), era afinal «uma segunda edição do que se tentou fazer com o caso Costa Martins, que também saiu furado.»

«O que prova, acrescentou, que as Forças Armadas regressaram ao terreno, que lhes é adequado, quando o corpo militar numa sociedade civil, desprezando desde as bases ao topo da hierarquia a tendência anarco-militarizante que certos revolucionários lhes tentaram imprimir durante a euforia gonzalvista.»

Aquele oficial superior frisou, por outro lado, não ser «com pressões deste tipo, desencadeadas por indivíduos que se encabeçam expoentes de certas forças políticas, que a Força Aérea vai deixar de cumprir o seu Código de Honra e o respeito pelas hierarquias.»

«Moralmente, Santos Silva está expulso da família militar da Força Aérea. E foi-o pelos seus próprios camaradas de Arma» — terminou contundente.

A JUSTIÇA A QUE TEM DIREITO

Outra fonte militar ligada ao processo Santos Silva disse ao «Correio da Manhã» ser de importância capital alertar a opinião pública para o facto

do capitão não ter até agora recorrido aos Tribunais Militares Competentes para lhe fazerem «a justiça a que tem direito».

Expôr, por si só, «e de forma como o fez à hierarquia» «não passa de um acetar de baterias contra a Democracia que lhes não convém, disparando sobre o conseqüente resultado da expressão do desejo popular traduzida no acto eleitoral de Dezembro».

Como é natural, esse ataque «está a ser dirigido sobre o ramo das Forças Armadas que mais apoia o actual statu quo e que apresenta uma imagem de autêntica coesão, honra e disciplina».

Dai que «seja difícil fazer uma infiltração — comentou — embora eles o tentem sempre tendo em conta que o alvo é destruir».

Mas «o que é preciso destruir, disse, é os efeitos deste surto de desinformação junto da opinião pública, com o claro objectivo de provocar formas de pressão a nível dos órgãos de decisão do poder militar».

A mesma fonte remeteu, por outro lado, o perfil de Santos Silva para o passado deste oficial, nomeadamente por volta dos anos 69/70, na Guiné-Bissau, onde foi punido por questões relacionadas com a gestão de uma «messe».

A propósito da nova exposição apresentada pelo oficial devido à passagem à reserva, compulsivamente, e feita em termos «ainda mais incorrectos do que a primeira», tudo leva a crer que Santos Silva seja mais uma vez punido, talvez com mais cinco dias de prisão, ao abrigo dos artigos 13.º, 15.º, e 18.º do Regulamento de Disciplina Militar.

«O ridículo da campanha que está a ser desenvolvida por alguns jornais do que bem se conhece a subordinação comunista e na própria RDP - Rádio Comercial, assenta no facto de estarem a utilizar esse expediente caduco que é da vítima perseguida pelo autoritarismo desenfreado» — sublinhou o informador.

«E, contudo, tudo se desmente facilmente — disse ainda —, se se pensar que Santos Silva ainda não recorreu, até hoje aos Tribunais Militares — talvez por temor as consequências desse gesto frontal, vertical e, vamos lá, ousado — mas limitou-se a expôr. Porque, daí, como decerto previu e/ou previram os que dele se servem como peão no grande tabuleiro político onde já vão tendo falta de pedras, daí dizia eles poderiam tirar dividendos».

Estes, os factos. «Isto, o que se deve impedir, desmascarando» — frisou.



OTELO NÃO ACREDITA EM GOLPE MILITAR

Otelo Saraiva de Carvalho, antigo comandante do COPCON, afirmou em Paris à Anop que «o Governo da AD vai ter que desenvolver toda uma política populista e demagógica».

Na sua opinião, «as grandes conquistas do 25 de Abril serão postas em questão se nas eleições parlamentares de 1980 a direita voltar a ter a maioria no Parlamento».

«A esquerda revolucionária tem uma força e embora a bipolarização à italiana seja o objectivo a alcançar pela direita e, talvez até, pelo Partido Comunista, estou convencido que não será a curto prazo, uma vez que não estão criadas condições para tal em Portugal» — disse o antigo comandante do COPCON.

Sobre as eleições parlamentares, Otelo Saraiva de Car-

valho considerou-as «muito mais importantes» do que as presidenciais, pois, na sua opinião, «serão a última oportunidade para a esquerda», em que se diz inserir «da se poder afirmar como uma terceira força de esquerda de alternativa aquelas que existem».

«O que há presentemente em Portugal em termos de esquerda é o PS, que tem uma perspectiva social-democrata, o PC, reformista, é aquilo que eu chamo a esquerda revolucionária» — disse.

O seu objectivo prioritário é arriscar tudo nas eleições de 1980 e somente depois pensar em termos de presidenciais. — acrescentou.

A propósito, afirmou que conta «apresentar proxima-mente» aos portugueses «uma proposta de lançamento de um projecto de unidade popular, que visa construir uma força para concorrer às eleições parlamentares de 1980».

O antigo comandante do COPCON disse que «os portugueses já não podem contar com o Partido Socialista, «pe-la simples razão de que este-ram que votaram e elefaram» nele «sentem-se hoje defraudados».

Paralelamente, manifestou a opinião de que Portugal «ain-

da é um elo fraco do capitalismo». Por outro lado, Otelo afirmou-se disposto a «modificar as coisas nas eleições parlamentares burguesas».

Sobre os últimos acontecimentos no Afeganistão e a posição do Partido Comunista Português o antigo comandante do COPCON disse que «mesmo que o PCP venha a tomar uma atitude ver-se-á «metido numa camisa de onze varas».

«Por um lado, o seu «seguidismo» total em relação à União Soviética levará o comité central do PCP a apolar a intervenção, mas por outro lado, sabe que com essa atitude poderá perder muitos votos que conseguiu nas últimas intercalares».

«O silêncio do PCP é dúbio, mas religioso» — acrescentou Otelo.

Sobre o clima no seio das Forças Armadas, declarou que após o 25 de Novembro os chefes de Estado-Maior, nomeadamente «Eanes, Morais da Silva, Souto Cruz, entregaram o poder nas mãos da direita militar perante a passividade total dos oficiais do Movimento das Forças Armadas».

«O tipo de atitudes negativas da direita militar — triunfalismo e autoritarismo — tem provocado cada vez mais o antagonismo entre ela (direita militar) e os oficiais progressistas».

Contudo, na sua opinião «um golpe militar parece impossível».

«O perigo hoje em Portugal é que a acção de pressão da direita militar provocou uma tendência para a desmobilização e o abandono por parte dos oficiais progressistas».

PortugalHOJE / Segunda-feira, 21 de Janeiro de 1980

Encontro de Otelo com personalidades da esquerda francesa

Durante a sua estadia em Paris, de onde regressou ontem a Lisboa, Otelo Saraiva de Carvalho foi recebido por várias personalidades da esquerda francesa e por organizações sindicais e universitárias:

O comunicado, divulgado ao fim da tarde de ontem, diz que «Otelo se encontrou com os re-



Otelo Saraiva de Carvalho

presentantes dos trabalhadores emigrantes portugueses e animou (...) um debate na Universidade de Paris (Pantheon-Sorbonne), no Centro de Estudos Políticos de Defesa, dirigido por Pierre Dabezics.

Aquele documento redere, também, que o mencionado estratega da Revolução do 25 de Abril foi recebido por Leonel Jospin, secretário-geral do Partido Socialista Francês (PSF), Michel Rocard, membro do Conselho Executivo, e por Jean Pierre Chevenement, membro da Secretaria Nacional do PSF.

Saraiva de Carvalho avistouse, ainda, com uma delegação da CFDT, conduzida por Hubert Lesire-Ogrel, secretário confederal, com André Henry, secretário-geral da FEN (Federação da Educação Nacional), Jacques Fauvet (director do «Le Monde»), Louis Altuser, Claude Bourdet (PS) e Albert Soboul (PCF).

Fundação Cuidar o Futuro



Prisão do capitão Santos Silva poderá ser agravada

A TRIBUNA — Quarta-feira, 16.1.80

Poderá vir a ser agravada a pena de quinze dias de prisão militar aplicada ao capitão Nuno Santos Silva, a qual está a ser cumprida na Direcção-Geral de Adidos, segundo informação colhida por A TRIBUNA. O capitão Santos Silva fora passado à reserva compulsiva nos termos da lei, por decisão do Conselho Superior de Disciplina, uma vez que teria perdido o seu «perfil militar».

Na sequência desta decisão, aquele capitão da Força Aérea apresentou uma exposição ao Chefe do Estado-Maior do respectivo ramo

das Forças Armadas, que foi considerada imprópria e desrespeitosa. Foi este acto que determinou a sua punição. Posteriormente, em recurso contra a prisão sofrida, Nuno Santos Silva apresentou nova exposição em termos igualmente tidos como insultuosos. Deste novo procedimento poderá resultar o dilatamento do período de prisão a que foi condenado.

Nuno Santos Silva tomou parte activa no movimento militar de 25 de Abril de 1974 e no movimento sedicioso de 25 de Novembro de 1975, em consequência do

qual esteve preso. Mais tarde, surgiu como um dos subscritores do chamado «documento dos 18», facto que estaria na origem da sua passagem à reserva.

Nos meios militares estranha-se o comportamento daquele capitão da Força Aérea e sobretudo que recorra a meios de protesto que tendem a agravar a sua situação, em vez de se dirigir aos tribunais competentes, como seria normal. E relaciona-se esta atitude com a série de notícias, textos e entrevistas que, de há uma semana para cá, têm vindo a

lume em diversos órgãos de Comunicação Social convitados com a Esquerda e na RDP-Comercial. Nos referidos meios militares, considera-se estar em curso uma ampla ofensiva contra a instituição e em particular contra a Força Aérea, o primeiro ramo militar a mostrar-se coeso e estabilizado após o 25 de Abril.

PC e UDP inventam novo "mártir"

O DIA 16 JANEIRO 1980

Vasta manobra comunista para denegrir a Força Aérea

Numa clara manobra desestabilizadora da actual situação política, sectores do PC e UDP estão a montar todo um esquema de intoxicação da opinião pública a propósito do capitão do "Prec", Santos Silva, que se encontra a cumprir quinze dias de prisão disciplinar agravada no Depósito Geral de Adidos da Força Aérea.

Recorda-se que o referido indivíduo que, no Verão de 1975, foi um dos subscrito-

res do "Documento do Copcon" passou à reserva há seis meses, de acordo com a lei, por não possuir o perfil considerado indispensável pela ética militar. Recorrendo dessa decisão superior, fê-lo em tão impetuosos e provocatórios termos que foi punido com a pena referida, que cumpre no local próprio (DGAF), podendo receber no quarto a mulher e os filhos.

Carece pois de total verdade a notícia difundida pelo "Diário de Lisboa" da passada segunda-feira, em que se afirmava que Santos Silva estava doente e preso no Hospital da Força Aérea. Aliás, esta "imprecisão" cometida pelo vespertino oficioso do PC, integra-se num vasto plano de perturbação da nova ordem política resultante dos últimos actos eleitorais, e que já aflorou no semanário "O Jornal" e na Rádio Comercial (RDP) pela mão do conhecido jornalista esquerdista Adelino Gomes. Na passada sexta-feira, "O Jornal" abriu o jogo, não só no editorial como através da pena do advogado Canotinho, indivíduo ligado ao Partido

Comunista. Na segunda-feira foi a vez do "Diário de Lisboa" e da Rádio Comercial (RDP), esta última voltando ao ataque ontem de manhã, lembrando a triste sorte do glorioso capitão que tinha conquistado o Rádio Clube Português na madrugada de 25 de Abril.

Recorda-se que o capitão passado à reserva dispôs, como qualquer outro cidadão, da possibilidade de recorrer para os tribunais competentes, e que a Força Aérea, como é seu apanágio, reconhece naturalmente essa capacidade ao arguido. Simplesmente, esse processo legal não interessa ao visado, que prefere deixar architectar em torno do seu caso toda uma cabala que visa finalidades perfeitamente perceptíveis. Em primeiro lugar, os seus solícitos defensores tentam pôr em causa o bom nome da Força Aérea, ramo de há longa data estabilizado e sem quaisquer problemas na cadeia hierárquica do poder. Por outro lado, seguindo a boa técnica PC de arranjar "mártires", tentou fazer crer que o "capitão de Abril" é vítima de arbitrariedades, ig-

norando dolosamente que todo o respectivo processo correu os trâmites legais, e menosprezando os termos provocatórios do primeiro recurso interposto. Regista-se que Santos Silva já entregou segundo recurso, também em termos impróprios, que foi ontem apreciado, tudo levando a crer que venha a ser objecto de nova punição.

Nestas circunstâncias é de esperar o desenvolvimento da campanha das hostes do PC e da UDP, em perfeita sintonia com os defensores da tese de que o "prestígio do Conselho da Revolução tem subido nos últimos tempos" (vide "O Jornal", de sexta-feira, e o artigo do conselheiro Franco Charais, no "Diário de Notícias" de anteontem). Trata-se, de facto, de começar a erguer um movimento de defesa dos "intocáveis" do regime, ao mesmo tempo que se criam zonas de atrito entre determinados sectores militares e o Governo da Aliança Democrática. E além assiste impassível, como se nada tivesse a ver com o que se passa no Palácio do Restelo e suas franjas.



POR SERVIÇOS PRESTADOS À NATO

Souto Cruz agraciado com a Legião de Mérito americano

A Legião de Mérito dos Estados Unidos da América foi ontem atribuída ao almirante Souto Cruz, contemplando relevantes serviços por este prestados à organização do Tratado do Atlântico Norte, NATO. A cerimónia decorreu na residência do embaixador norte-americano em Lisboa, Richard Bloomfield.

A condecoração com que o ex-vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas portuguesas, foi entregue pelos representa-

tes dos Estados Unidos na NATO, general William Knowlton, que, para o efeito, se deslocou propositadamente ao nosso País, vindo do quartel general da Aliança Atlântica em Bruxelas.

Ao agradecer a condecoração, o almirante Souto Cruz sublinhou a colaboração desde sempre dada pela administração norte-americana na modernização das Forças Armadas portuguesas, bem como na resolução de múltiplos problemas que, durante a sua per-

manência na vice-chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Alfinó de Magalhães, e também outras patentes militares de Portugal e dos Estados Unidos.

A medalha da Legião de Mérito norte-americana com que Souto Cruz foi contemplado, tem como citação a referência aos serviços prestados pelo agraciado «na reorientação de Portugal para a NATO, bem como os esforços que desenvolveu, no quadro da Aliança Atlântica».

o jornal

Carlos Azeredo e Hugo Rocha em gabinetes de Sá Carneiro e Amaro da Costa

O coronel Carlos Azeredo e o tenente-coronel Hugo Rocha deverão ser nomeados muito em breve, adjunto militar e chefe de gabinete do primeiro-ministro e do ministro da Defesa respectivamente, segundo apurou «O Jornal».

A escolha de Carlos Azeredo para adjunto de Sá Carneiro terá ficado a dever-se segundo referiram a «O Jornal» fontes governamentais, aos «laços de amizade existentes entre ambos desde há longos anos».

Hugo Rocha, que foi subsecretário de Estado da Administração Interna do I Governo de Mário Soares

(cargo de que se demitiu) e actualmente dirige a Escola Prática de Infantaria, em Mafra, foi convidado pessoalmente por Amaro da Costa.

O coronel Carlos Azeredo tornou-se particularmente conhecido pelas posições que tomou quando governador militar da Madeira, e num processo-crime contra Vera Lagoa, acusada de difamar Melo Antunes, e em que Azeredo defendeu a directora de «O Diabo», acusando violentamente o seu camarada de armas e militar do 25 de Abril. Carlos Azeredo manifestou por outro lado, em diversas ocasiões, o seu apoio a Aires Veloso.

Fundação Cuidar o Futuro

O DIA 22 JANEIRO 1980

Antunes em Belgrado

O conselheiro revolucionário Melo Antunes inicia hoje mais uma viagem ao estrangeiro, desta feita à Jugoslávia, aonde se desloca a convite da Aliança Socialista daquele país.

Melo Antunes, que também é presidente da Comissão Constitucional, visita o regime de Belgrado unicamente na qualidade de conselheiro do órgão de tutela da democracia portuguesa.

Marques Pinto homenageado

Realizou-se num restaurante da capital, por iniciativa da Academia Portuguesa da História, um almoço de homenagem ao brigadeiro Renato Marques Pinto, que até há pouco exerceu o cargo de comandante da Academia Militar e é considerado um dos oficiais-generais mais distintos e cultos do nosso Exército.

O prof. Veríssimo Serrão saudou o homenageado, exaltando as suas qualidades e oferecendo-lhe, em nome da Academia Portuguesa da História, a medalha de honra daquela instituição. No final, o brigadeiro Marques Pinto agradeceu a expressão de apreço de que foi objecto.



Recurso de Costa Martins no Supremo T. Militar

O MAJOR Costa Martins, que foi ministro do Trabalho do V Governo Provisório presidido por Vasco Gonçalves e tinha sido demitido da Força Aérea em 1975 por alegado envolvimento nos acontecimentos de 25 de Novembro, fez entrega das suas alegações no Supremo Tribunal Militar contestando a matéria dos autos que conduziram à sua actual situação de afastamento compulsivo das Forças Armadas.

Costa Martins foi passado à situação de disponibilidade depois de ter sido considerado desertor, constando o seu nome de uma lista distribuída pelo Estado-Maior da Força Aérea em 1976 e que referia os nomes dos militares considerados demitidos a partir do seu envolvimento nos acontecimentos de 25 de Novembro.

Nas alegações entradas no Supremo Tribunal Militar em 14 de Dezembro de 1979, passado o major Costa Martins considera ter sido vítima de atropelos e violações da lei quanto ao processo que conduziu à sua demissão da Força Aérea. O oficial recorreu da decisão que recaiu sobre si considerando "a inexistência material do acto recorrido".

«Despacho que não existe?»

O despacho em referência, assinado pelo general Ferreira de Almeida na qualidade de subchefe de Estado-Maior para o Pessoal, apresentava quatro oficiais, entre os quais Costa Martins, com autos de corpo de delito pendentes por envolvimento no 25 de Novembro.

Em função disto poderiam esses oficiais, suspensos ou arguidos de crime de competência do foro militar, passar à situação de disponibilidade, a licenciados ou à reserva dos Quadros de Complemento.

Acontece que nas Ordens de Serviço da Força Aérea o major Costa Martins era passado à situação de licenciado, enquanto que o despacho determinava a passagem à situação



Costa Martins

de disponibilidade. Por esta discrepância o lesado requereu ao Estado-Maior da Força Aérea que lhe certificasse qual o escalão em que tinha sido integrado.

O Estado-Maior não respondeu ao interessado e este recorreu, tendo o CEMFA enviado o recurso para o Supremo Tribunal Militar.

Costa Martins alega que nenhuma responsabilidade lhe pode ser imputada pelo facto de não ter sido sujeito a julgamento, considerando que não pode, por isso "ser prejudicado na sua situação e direitos dela decorrentes". Considera que a não impugnação da Portaria que o passa à situação de disponível, não pode significar que se tenha consolidado a sua situação resultante dessa Portaria.

Considera ainda Costa Martins que, não tendo ultrapassado os 14 dias de ausência, até à data em que o Estado-Maior o demite, esse tempo é insuficiente para que lhe seja aplicado o artigo do Código de Justiça Militar que aplica a demissão após 90 dias de ausência.

Pena acessória

O interessado contesta a legalidade da Portaria declarando que não era possível

ao Estado-Maior da Força Aérea demitir em 21 de Junho de 1976, por Portaria de 24 de Abril de 1976 e com efeitos a partir do anterior 4 de Março, um oficial que a 10 de Dezembro de 1975 já constava como demitido por aquele Estado-Maior.

Entende Costa Martins que o Código não contempla qualquer pena acessória que se venha a acrescentar à pena prevista por deserção. Por esta interpretação Costa Martins entende que o seu afastamento das Forças Armadas está ferido de vício por considerar que não foi cometido o crime de deserção, uma vez que estando demitido não tinha quaisquer obrigações para com a instituição militar. Acrescenta que não podia ser abatido ao efectivo do Quadro Permanente em função de uma pena que nunca lhe poderia ser aplicada. Aduz-se ainda nas alegações que "a pena de demissão com abate ao Quadro Permanente e passagem ao complemento deixou de existir no actual Código de Justiça Militar e deixou também de ser relevante o tempo de deserção, uma vez que a demissão por este crime só passa a ter efeito depois do trânsito em julgado".

Costa Martins considera ainda haver discriminação em relação a casos de oficiais reintegrados no activo enquanto outros são afastados. Aponta-se o caso de um tenente-coronel piloto aviador, que se ausentou para Espanha após o 11 de Março de 1975 e agora é reintegrado. Este oficial encontrava-se no helicóptero que transportou Spínola para fora do país, naquela data, considerando a Força Aérea que o tenente-coronel se encontrava em regime de licença limitada desde 8 de Março de 1978. Por outro lado, a integração tem efeito desde 25 de Abril de 1976 e coloca aquele oficial no Estado-Maior da Força Aérea.

Entretanto, no caso Costa Martins, o EMFA remete a solução do diferendo para o Supremo Tribunal Militar.

interditos



JOÃO ROSA

A propósito de um texto que escrevi, há duas semanas, em «Figuras em Foco», sobre o venerando General Presidente da República que tenho, telefonou um senhor oficial da tropa para um dos meus camaradas de redacção, a pedir-lhe que me transmitiesse o seu parecer de que, para responder a prosas como a minha, já não havia palavras ou processos judiciais que valessem a pena, que já só de «cavalo-marinho» para cima e que, portanto tivesse eu em muita consideração este aviso e mais cuidado com o que escrevia, etc., mais ou menos.

Desconheço e nem me interessa conhecer o decerto ilustre tropa que tal recado mandou dar-me, airdando as o fogosas potencialidades de bravura e inteligência — além de uma notória coragem para me ameaçar directamente, como se vê... — e tão prometedora destreza no manejo dos dotes que Deus Nosso Senhor lhe deu, a começar pelo «cavalo-marinho». Desconheço a desprezo, superiormente, tal tipo de domadores de bestas, os quais com elas se confundem (sem ofensa para as ditas). Assustar-me também não me assusto, até porque estou formalmente preparado para perigos muito maiores do que chicotadas (embora prefira não ter de o provar). Ao fim e ao cabo, só não me rio porque o caso é muito mais para chorar a triste sina de uma Pátria que tais soldados pariu e alimenta. Reflicto, entretanto.

Com efeito, não é por acaso que um tropa fala assim: tal como não é por acaso que fala de outra mansira ou nem sequer fala nem pensa — tudo isso lhes está previsto, em termos de compensação, na ponta das balas ou das baionetas ou no punho dos «cavalos-marinhos». Não fora isso e não teriam sustentado o regime salazarista-marcelista, que hoje condenam; não fora isso e não teriam feito a criminosa guerra colonial que fizeram; não fora isso e não se teriam «baldado», depois, a soluçona-la politicamente, já que não souberam ganhá-la militarmente; não fora isso e não teriam promovido a «descolonização exemplar» que promoveram, sem vergonha nem temor das consequências, abandonando as colónias como coelhos apolados pela canzoada soviética cubana, não fora isso e não teriam tido os resultados de «furar» um país (talos pombais) do governo, montando a guerra, fizeram uma revolução que outro tipo prático parece que não teve do que garantir-lhes outros «tachos»: no «preco», no aparelho administrativo e financeiro do Estado, na própria hierarquia militar, enfim; não fora isso e não sustentariam, agora, este regime ou, se lhes der jeito, outra vez o anterior ou, se calhar, ainda um qualquer outro, no futuro.

Meus senhores: eu não menosprezo o direito ao bom nome de ninguém, nem sequer de nenhuma classe profissional. Mas garanto que, de facto, teria muito mais vergonha de ser tropa do que já tenho de ser jornalista. E assumo esta, que tenho, de ser jornalista. Mas essa, de ser tropa, assumam-na vós, os tropas, e sem ameaças de «cavalo-marinho», se possível.

Entretanto, se forem capazes, reconquistem Olivença aos espanhóis e, aos soviéticos, a honra nacional que o colonialismo português em África ainda merece, apesar de tudo. Ou, pelo menos, garantam-nos que os mouros não vão ter hipóteses de reconquistar Portugal. Se não, regressem, definitivamente aos quartéis, primeiro, e às vossas casas, depois. Que não fazem cá falta nenhuma, entretanto. Pelo menos a mim, que sou homem, pacifista, democrata e civilizado — e não receio cavalos, sejam eles marinhos, terrestres ou alados.

MDP/CDE decidiu alargar o secretariado nacional

Num encontro de trezentos delegados, que decorreu no fim-de-semana em Alcufache, o MDP/CDE decidiu alargar o seu secretariado nacional, fazendo entrar para este órgão Santos Simões e António Taborda.

Simultaneamente, ficou deliberado organizar uma semana de estudos sob a designação de «Portugal de Abril — perspectivas económicas» assim como promover uma participação activa do MDP/CDE no IV centenário de Camões.

No mesmo encontro, foi aprovada uma moção, na qual se traduz a satisfação do partido pela actuação do seu grupo parlamentar na Assembleia da República em fidelidade às decisões do terceiro congresso do MDP/CDE, marcando uma pre-

sença muito significativa, para o que tem contribuído a clareza, seriedade e dignidade da sua intervenção.

Outra das iniciativas do encontro corresponde a saudar a APU pelos seus resultados eleitorais determinando uma alteração qualitativa na relação das forças democráticas. Ao mesmo tempo, os participantes explicitaram a sua preocupação pelo que consideram o perigo real de uma possível aproximação do PS a forças conservadoras, o que, segundo entende o MDP/CDE, «produziria uma democracia formal esvaziada de todos os pressupostos do 25 de Abril».

Por outro lado, este partido chama a atenção para os «crises» que supõe iminentes, «de uma subversão do regime democrático tal como nasceu em 25 de Abril».

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

21-1-1980

UDP propõe formação de frente eleitoral

A UDP está empenhada na constituição de uma frente de unidade popular, com vista às eleições do corrente ano. Nesta força, que pretende ser uma alternativa à direita e ao reformismo, o major Otelo Saraiva de Carvalho deverá desempenhar, segundo a UDP, um papel importante. O reforço e o alargamento orgânico, que traduza o aumento de votos nas eleições de 2 de Dezembro, é outro dos objectivos prioritários da União Democrática Popular.

Para Manuel Monteiro, dirigente da UDP, o Governo de Sá Carneiro deverá suscitar uma oposição frontal, dado que pretende a integração de Portugal na CEE e a subordinação à NATO, bem como visa, segundo a UDP, uma ruptura institucional e a revisão da actual Constituição.

A UDP sustenta, por outro lado, que não obstante as eventuais contradições entre o Governo e o Presidente da República, o general Ramalho Eanes deve igualmente merecer forte contestação das forças populares, já que é um episdente do capital e do imperialismo.

A este respeito, Manuel Mon-

teiro criticou os reformistas do PCP, pelo emanto de ilusões que querem criar em torno de Eanes. Ao mesmo tempo, a UDP critica a política de «capitulação» e de «conciliação» do Partido Comunista, em relação às tentativas de destruição da Reforma Agrária.

Quanto a revisão constitucional, a UDP é frontalmente contra o que designa por tentativas de destruir a Reforma Agrária, as liberdades e as conquistas de Abril.

No que respeita às três batalhas eleitorais que se avizinhavam, a UDP sustenta que os resultados eleitorais fortaleceram o sentimento de unidade entre as massas trabalhadoras, pelo que se impõe todo o apoio às iniciativas de carácter unitário, chamando à luta conjunta trabalhadores com e sem partido e em particular a base dos partidos reformistas PS e PCP.

As declarações de Manuel Monteiro e Francisco Roca, destinaram-se a dar conta da resolução do Conselho Nacional da UDP, que debateu e aprovou o anteprojeto apresentado de balanço, programa e estatutos, e declarou aberto o IV Congresso da UDP a realizar em Abril.

Em Fevereiro

Movimentos de libertação

reúnem-se em Lisboa

Numerosos movimentos de libertação de várias partes do globo estarão presentes na primeira Conferência Nacional de Apoio e Solidariedade aos Povos em Luta, que decorrerá em Lisboa nos próximos dias 8, 9 e 10 de Fevereiro, no Hotel Altis.

Esta Conferência é organizada pela Comissão Nacional de Apoio aos Povos em Luta (CNASPEL) e decorrerá à porta fechada, embora do programa conste um encontro com a Imprensa no primeiro dia.

Esta iniciativa tem como objectivos estabelecer maiores laços de cooperação entre os vários povos em luta e a definição de uma estratégia anti-imperialista, sendo ainda tratado o papel do que os promotores definem como subimperialismo.

Estão já confirmadas as presenças de movimentos de libertação da Eritreia (Frente Nacional de Libertação da Eritreia e Frente Popular de Li-

bertação da Eritreia), de Omã, do País Basco (EIA), a Frente Polisário, a OLP, o MIR (Chile). Estarão igualmente representados todos os movimentos de libertação da América Latina e Central, estando presente a Frente Sandinista, na qualidade de observador, dado tratar-se de um movimento no poder.

Foram igualmente convidados o MPLA, a FRELIMO, o PAIGC, o MLSTP, que se espera venham a estar presentes, também na qualidade de observadores. A FRETILIM far-se-á igualmente representar.

Em Portugal foram convidados a participar todos os partidos e organizações de esquerda, bem como numerosas personalidades.

No dia 9, à noite, realizar-se-á uma festa no Pavilhão dos Desportos e no final da Conferência será tornado público um comunicado dando conta dos resultados a que a mesma chegou.

